



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Quebrar a ofensiva dos capitalistas e do governo contra a classe operária



Em defesa da independência de classe, das reivindicações, métodos de luta e da política revolucionária

**Partido
Operário
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Índice

Apresentação	3
O que é o Boletim Nossa Classe?	4
Em defesa dos empregos e dos salários – Que a classe operária rejeite o Programa de Proteção ao Emprego (PPE)	5
Boletim Nossa Classe de Julho de 2015.....	9
Economia em baixa, crescimento das demissões, aumento do trabalho precário e queda dos salários. O que fazer?.....	9
Será que o PPE é vitória para os trabalhadores?.....	12
Respostas às ruas.....	13
Política operária diante da crise estrutural do capitalismo.....	18
A economia cresce: quais são as reivindicações da classe operária?.....	18
Contra a fome e a miséria, lutar pelo salário mínimo vital.....	19
A classe operária é internacional	20
Qual é o programa operário para a crise?	22
Que reivindicações defendem de fato os empregos e os salários?	23
Por que a classe operária deve prestar atenção na economia..	24
A euforia que cega	24
Por que os trabalhadores têm de ser contra a terceirização? ..	26
Como derrubar o PL 4330 e conquistar as reivindicações que estão no Congresso Nacional	28

Governo e capitalistas descarregam a crise sobre os explorados Não abaixar a cabeça!.....	28
Governo Dilma e Congresso Nacional dão um golpe nos trabalhadores. Força Sindical trai descaradamente a classe operária! Burocracia sindical da CUT se mostra impotente e conivente! Abaixo a Lei da terceirização!.....	29
Organização, democracia e métodos de luta da classe operária ...	33
Democracia e independência dos sindicatos.....	33
Eleições metalúrgicas do ABC: mais um passo contra a democracia sindical	34
Sindicato aceita acordo das montadoras	35
Democratizar os sindicatos.....	36
Lutar contra a lei antigreve.....	38
Exemplo de como se defender contra a exploração e a miséria.....	40
O que é importante na campanha salarial.....	42
Empregos não se negociam, se defendem com luta	43
O cerco das demissões vem apertando	43
As lições de São José dos Campos.....	46
Dia 11 – greves e manifestações Companheiros, as centrais sindicais convocam para o dia 11 uma manifestação nacional, com paralisações. Todos à greve, todos às ruas! Lutemos por nossas reivindicações!	48
Por que vem ocorrendo as manifestações de rua?.....	51
Superar as ilusões nas eleições burguesas.	54
A necessidade da classe operária de se organizar em um partido revolucionário	54
As eleições são o campo de disputa da burguesia.....	56
Para que servem as eleições.....	57
Escândalos de corrupção: qual deve ser a posição da classe operária?.....	57
50 anos do golpe militar: a ditadura da classe burguesa permanece viva.	60
O que esperar do governo de Dilma Rousseff?	61
Conclusão - Construir o Partido Revolucionário no seio do proletariado.....	63

Apresentação

O POR tem dedicado esforços ao trabalho político junto à classe operária. Os boletins “Nossa Classe” são distribuídos mensalmente e cumprem a tarefa de levar as ideias revolucionárias aos trabalhadores fabris. Agora, em 2015, completam 11 anos de boletim.

Decidimos por elaborar este folheto como uma síntese do trabalho político feito pelo partido com os boletins desde 2010, data que marca retomada e um empenho de todas as células partidárias para com o trabalho operário.

Na seleção, separamos as matérias em quatro grupos: 1) sobre a organização da classe operária e seus métodos de luta; 2) sobre a reposta revolucionária perante a crise do capitalismo; 3) sobre a política operária diante das eleições burguesas; 4) sobre as campanhas de apoio às lutas e contra a repressão.

Decidimos colocar no folheto somente os três primeiros grupos, pois temos uma limitação no tamanho da publicação, o quarto grupo trata de questões conjunturais específicas e os demais grupos dão conta de apresentar aos trabalhadores e à militância qual tem sido a linha política traçada pelo Boletim “Nossa Classe”.

Ademais, adicionamos uma matéria de apresentação do boletim, contido na edição de março de 2010, e o boletim deste mês de publicação. Este boletim traz toda uma

campanha em defesa dos empregos no momento em que o governo, patrão e burocracia sindical fecham acordo com o Programa de Proteção ao Emprego, que reduz a jornada de trabalho e reduz os salários, além de saquear o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ainda mais, denuncia o ajuste fiscal do governo do PT como uma medida burguesa de salvaguarda da taxa de lucro dos capitalistas e de ataque às condições de vida dos trabalhadores.

O folheto se concretiza como mais um esforço do partido para que penetre as ideias revolucionárias na classe operária.

Robson de Araújo
São Paulo, julho de 2015.

O que é o Boletim Nossa Classe?

Editorial do boletim de março de 2010

O Boletim “**Nossa Classe**” é um instrumento de divulgação das lutas, de denúncia da exploração do trabalho, de defesa das reivindicações dos explorados, de elevação da consciência de classe, de educação política da classe operária, de combate pelo fim do capitalismo e defesa do socialismo.

Para os capitalistas, os operários individualizados e ensinados a concorrer uns com os outros no mercado de trabalho e no interior da fábrica não passam de uma peça produtiva. Mas os operários coletivizados e com consciência de classe explorada formam uma poderosa força social.

O que os patrões mais temem é o operário com consciência sobre a exploração, o desemprego e a pobreza que atingem a maioria oprimida. Temem que os operários e demais explorados saibam de onde vem a gigantesca riqueza da maioria e miséria da maioria.

O Boletim “**Nossa Classe**” deve ser lido e entendido como inimigo mortal da exploração do homem pelo homem como defensor do programa revolucionário de destruição da sociedade de classe e de construção da sociedade sem classe, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção (fábricas, terras etc.).

É preciso construir o Partido Operário Revolucionário

A classe operária no Brasil carece de um partido próprio. Os partidos que aí estão e que comandam a política são burgueses. Defendem a exploração do trabalho e garantem a propriedade privada dos meios de produção (fábricas, terras etc.) para a burguesia.

A cada quatro anos, os partidos burgueses (PSDB, DEM, PMDB, PT, PSB, PDT, PPS) convocam os trabalhadores a contarem em seus candidatos e elegerem seus representantes. Arma um circo eleitoral e prometem de tudo. Mas, uma vez no poder do Estado, administram a economia para uma só classe, ou seja, a classe capitalista. O que quer dizer que administram a economia contra a vida da maioria explorada, que sobrevive com um salário de fome, que amarga o desemprego, que mal pode se aposentar e que não sabe o que vai ser de sua vida e de sua família no dia seguinte.

A classe operária, no entanto, pode construir um partido próprio, que organize a luta direta das massas contra a exploração e o capitalismo. O Boletim “**Nossa Classe**” é uma ferramenta para a construção do Partido Operário Revolucionário (POR).

Operários e operárias, organizem-se no POR.

Em defesa dos empregos e dos salários Que a classe operária rejeite o Programa de Proteção ao Emprego (PPE)

Era previsível que o crescimento econômico dos anos 2003-2008 não continuaria por muito tempo. Viriam a queda da atividade econômica e as demissões em massa. O capitalismo mundial há muito se debate com a crise de superprodução. O processo de restauração capitalista, sobretudo na China, serviu durante algum tempo de alavanca para as forças produtivas contidas pelo mercado mundial em grande medida saturado. Os países semicoloniais puderam contar com a alta da produção e do comércio mundial. Entre eles, na América Latina, o Brasil. Atravessamos um breve momento de euforia. Parecia que a bandeira de “desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda e inclusão social”, tinha fundamentos materiais. Bastou que desmoronassem as bases especulativas do crescimento nos Estados Unidos para que se verificasse que o fenômeno era mundial.

A interrupção do ciclo de crescimento atingiu o final do governo Lula. A administração petista acreditou que com suas medidas de proteção ao grande capital pudesse reduzir o impacto da crise e evitar que as tendências recessivas se manifestassem vigorosamente no Brasil. Os petistas sabiam, mas não queriam admitir que prematuramente chegava ao fim a sua hipótese de crescimento durável e sustentável. Hipótese que permitiu à burocracia sindical colaborar com o grande capital industrial (multinacional e nacional) e manejar politicamente a maioria oprimida.

É bom recordar que Lula ganhou força eleitoral no momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) havia mergulhado o País na recessão e elevado às alturas a taxa de desemprego. Foi por essa via que a burguesia reequilibrou provisoriamente os fatores econômicos (inflação, dívida externa, superávit

primário, etc.) que vinham em crescente desequilíbrio desde o final da ditadura militar. As multinacionais, principalmente do setor automotivo, por sua vez, apresentaram seus métodos e meios de como atravessar a retração do mercado e o excesso de produção. A noção de flexibilização do trabalho tomou forma e impulso neste período. Os capitalistas responsabilizaram indevidamente a legislação trabalhista contida na CLT por sua “inflexibilidade”.

Surpreendentemente, não foi a ditadura militar que pôs na ordem do dia a tarefa de desfigurar e liquidar completamente a CLT, embora tenha eliminado o critério de estabilidade, mas sim os posteriores governos eleitos, em particular o de Fernando Henrique Cardoso. Os acordos de flexibilização de 2001 e 2003 (“Auto Visão”) entre a Volkswagen e o Sindicato Metalúrgico do ABC abriram caminho para as multinacionais utilizarem a redução da jornada com redução salarial. A utilização do Programa de Demissão Voluntária (PDV) se tornou uma peça complementar da flexibilização. Em 2002, o Sindicato e a Volks se entenderam sobre a implantação do plano de terceirização em várias alas da fábrica. A montadora alemã, nesse momento, pretendia fechar 3.933 postos de trabalho, considerados excedentes. Sabe-se perfeitamente que a poderosa indústria automotiva objetiva reduzir o número de operários, em função dos aperfeiçoamentos tecnológicos. A Volks chegou a ter 40 mil metalúrgicos; hoje, 13 mil.

Com a elevada produtividade e a capacidade instalada, considerada a indústria automotiva de conjunto, é de se esperar a superprodução. É o que está ocorrendo. Em função disso, os administradores do capital aperfeiçoaram os meios de flexibilização: banco de horas, lay-off, redução da jornada com redução de salário, PDVs e terceirização. Chegam para a burocracia sindical e dizem: temos de demitir tantos metalúrgicos para ajustar o nível da produção. Aplicam-se o método e os meios de flexibilização para finalmente concluir com as demissões. Desta forma, a burocracia e a empresa manobram politicamente para evitar uma revolta.

O Sindicato Metalúrgico do ABC se constituiu na ponta de lança desse processo antioperário. Tem servido às multinacionais para arrebentar os direitos trabalhistas, configurados na CLT. Agora, atingiu um estágio de traição descarada. A Medida Provisória 680, emitida por Dilma Rousseff foi pleiteada pelo Sindicato Metalúrgico do ABC, com apoio da Força Sindical e com conluio das montadoras. Em 2011, os burocratas propagandeavam que era preciso um mecanismo, a ser aplicado em situação de crise, que permitiria aos patrões

reduzirem a jornada, reduzindo os salários. Diziam que se tratava de uma experiência bem-sucedida na Alemanha. O que quer dizer que sabiam que a crise de 2008 inevitavelmente atingiria a economia do Brasil e a euforia na venda de carros e caminhões se transformaria em estado depressivo. Evidentemente, depressivo para os operários que confiaram na via da flexibilização do trabalho.

Ao governo Dilma, depois de ter baixado as MPs 664-665, não custou nada contentar os burocratas da CUT com a MP 680, o PPE. O mecanismo dessa flexibilização pressupõe que o Fundo de Amparo ao Trabalhador arque com uma parte das perdas e a outra parte os próprios operários atingidos. As poderosas montadoras, por sua vez, preservam seus lucros. O nome Programa de Proteção ao Emprego é um verdadeiro acinte. Não protege absolutamente nada no que diz respeito aos explorados, mas protege os interesses dos exploradores. A classe operária como um todo não teve como discutir e conhecer os fundamentos desse programa. Mesmo os metalúrgicos do ABC só ouvem o que diz a burocracia, uma vez que há muito a oposição foi varrida e o pouco que resta está silenciado. Nas assembleias e reuniões em que se coloca esse modelo trazido da Alemanha, não há como contestar. A ausência da democracia sindical é tão brutal que impera o pensamento e a ordem únicos. Mas ocorreu um fato que demonstrou o sentimento verdadeiro dos operários. Em 3 de julho, a direção do sindicato decidiu fazer uma consulta em urna sobre a proposta da Mercedes-Benz de reduzir em 20% a jornada e 10% nos salários. Os metalúrgicos disseram NÃO! Os burocratas imediatamente passaram a desqualificar a vontade da maioria, com ameaças de demissão.

Não há a menor dúvida de que a MP 680 é o resultado da conciliação da burocracia sindical com as multinacionais e o governo, selado por cima da classe operária. Os petistas e burocratas sindicais, que tanto falam da democracia e da participação popular, tomam decisões às costas dos explorados, contra eles e em nome deles.

De conjunto, as MPs 664-665, a Lei da Terceirização (PL 4330) e a MP 680 de redução da jornada com redução salarial constituem uma ofensiva histórica contra os direitos mais elementares conquistados pela classe operária. Estamos diante de um retrocesso social e trabalhista profundos, isso sob a democracia e o governo do PT, dito de esquerda e progressista.

A burguesia e seu governo não teriam como tomar iniciativas tão bárbaras se não contassem com uma direção sindical colabo-

racionista e traidora. A ausência de sindicatos independentes e classistas reflete a profundidade da crise de direção revolucionária. A classe operária - sem seus métodos e meios próprios de organização, de defesa e de ataque contra a exploração do trabalho e as medidas que intensificam a exploração - é uma vítima fácil de ser assaltada e saqueada pelos capitalistas.

No entanto, é certo que se potenciam o ódio de classe e as tendências de luta no seio das massas. Os explorados estão atravessando a experiência com o petismo e com o burocratismo sindical no momento em que já não é possível alimentar ilusões. Pode-se dizer que os operários estão atônitos diante das demissões em massa e da flexibilização do trabalho que os atordoam. Esse momento passará e se transformará em revolta. É necessário propagandear e agitar as reivindicações e a estratégia programática da classe operária. Não basta denunciar e rechaçar o PPE. Não se deve traduzir a oposição a tais medidas antioperárias com objetivos eleitorais.

Levantemos a bandeira: Abaixo o PPE, as MPs 664-665 e o PL 4330. Diante das demissões, defendamos: greve com ocupação de fábrica e implantação do controle operário da produção.

Diante da flexibilização capitalista do trabalho, defendamos a flexibilização operária do trabalho, que reduz a jornada sem reduzir os salários, que impõe a estabilidade no emprego e que acaba com o exército crônico de desempregados por meio da escala móvel das horas de trabalho.

Diante do pressuposto capitalista de que acima das necessidades dos explorados está a necessidade do capital, dizemos que acima das necessidades do capital está a necessidade dos explorados. O pressuposto capitalista para se impor aos explorados conta com a colaboração de classes. O pressuposto operário para se impor aos capitalistas conta com a luta de classes. A solução dessa contradição virá pela revolução proletária, que tomará o poder da minoria exploradora e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista.

A luta pela defesa intransigente da vida das massas exige reivindicações contrárias à exploração capitalista. As reivindicações contrárias à exploração capitalista exigem que a classe operária se organize e avance para tomar o poder do Estado e realizar as transformações históricas. Sem esse programa não é possível barrar o retrocesso social e trabalhista em curso. Não é possível combater conseqüentemente as tendências bárbaras do capitalismo.

Economia em baixa, crescimento das demissões, aumento do trabalho precário e queda dos salários. O que fazer?

Os índices negativos de crescimento da economia brasileira têm como consequência o aumento do desemprego. São mais de 8 milhões de trabalhadores à procura de trabalho. Mas o número de desempregados é muito superior. Isso por que uma parcela de trabalhadores se transformou em ambulantes ou recorreu ao trabalho autônomo. Em relação a maio do ano passado, houve um aumento de 934 mil pais e mães de família que foram lançados na informalidade.

Houve, assim, uma redução do número de trabalhadores com carteira assinada. No último ano, de maio de 2014 a maio de 2015, 708 mil assalariados deixaram de ter emprego com carteira assinada. Portanto, trabalho precário, salário mais baixo e sem nenhuma proteção social (seguro-desemprego, previdência e fundo de garantia).

Como se vê, os capitalistas estão com o facão nas mãos. Fazem o que bem entendem com os operários e trabalhadores em geral. A classe operária se encontra desorganizada para enfrentar as demissões, o rebaixamento salarial e a eliminação de direitos trabalhistas. As direções sindicais, diante desse quadro trágico, se curvam perante as propostas do patronato e do governo, como o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), como as medidas contra o seguro-desemprego, as pensões e o abono salarial.

Não há saída para os explorados a não ser a luta coletiva. Isoladamente, não há como resistir a essa política centralizada dos capitalistas e dos governantes. Devemos dizer NÃO ao apoio que as direções sindicais estão dando

ao governo e aos patrões. Somente com a independência política de nossas organizações sindicais e da classe operária é possível defender os empregos e os salários.

O Boletim Nossa Classe faz um chamado aos trabalhadores para não se curvarem diante das medidas patronais e governamentais. Baixar a cabeça, ficar calado, trabalhar como nunca, não participar das assembleias do sindicato e se mostrar servil diante dos encarregados e dos patrões não garantirão a permanência no emprego. A defesa dos empregos virá com a luta coletiva e não com as atitudes individuais. As demissões ocorrem por fábrica, mas o ataque dos capitalistas aos empregos é geral. O que exige também uma resposta geral da classe operária.

Eis o nosso caminho: 1) que os sindicatos convoquem assembleias gerais; 2) que as centrais sindicais se unam em uma frente única por uma campanha nacional em defesa dos empregos e salários; 3) que se formem comitês de luta local, regional e nacional.

Será que o PPE é vitória para os trabalhadores?

O Programa de Proteção ao Emprego (PPE), copiado do sindicalismo conciliador da Alemanha pela direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, pela CUT e Força Sindical, é um negócio vantajoso para os capitalistas. O PPE prevê que os patrões podem reduzir a jornada de trabalho em até 30%. E os salários serão pagos em 85%, sendo 70% pela empresa e 15% pagos por meio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Assim, operário perderá 15%. Os patrões economizarão 30%. Vejam só a safadeza: os 15% do FAT é dinheiro dos próprios trabalhadores. Isso significa que o Fundo que é de todos os operários que contribuíram servirá para os empregadores reduzirem os seus gastos com o salário. O PPE na verdade serve às multinacionais, de capital estrangeiro e que exploram não só a classe operária como o País. Os patrões, no entanto, continuarão livres para demitir. Se não for do seu interesse o PPE, passarão o facão nos empregos.

O Boletim Nossa Classe denuncia a CUT e Força Sin-

dical e os sindicatos a elas vinculados de assinarem esse acordo com o patronato e o governo. E levanta a bandeira de: Emprego não se negocia, se defende com a luta. Diante da crise e das medidas capitalistas, nossa luta é pela redução da jornada sem reduzir os salários, pela estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais entre todos os trabalhadores).

Respostas às ruas

1. Por que o governo do PT impõe uma política contrária aos trabalhadores?

O Brasil vem sendo golpeado pela crise mundial do capitalismo, que se manifestou em 2008 e se espalhou pelo mundo com ritmo e intensidade distintos. Se há pouco tempo atrás, era apenas uma “marolinha”, agora, golpeia duramente o Brasil. Se no 1º mandato de Dilma Rousseff foi possível contornar os efeitos devastadores da crise por meio de medidas protecionistas aos banqueiros, às multinacionais e aos empresários nacionais, agora, os recursos do Tesouro se evaporaram e o país carrega uma dívida volumosa. Só para se ter uma ideia, a dívida do governo geral (federal, estadual e municipal) atingiu R\$ 3,3 trilhões, o que significa 65,5% do PIB. Só com pagamento de juros, o governo gastou R\$ 56,3 bilhões (dados de fevereiro). Dilma, sob pressão dos credores imperialistas, foi obrigada a implantar o ajuste fiscal. O objetivo é garantir o pagamento da dívida pública. Para isso, impôs os cortes de gastos e aumento da arrecadação, que recaem diretamente sobre a maioria explorada. Daí as Medidas Provisórias 664-665, que alteram o seguro-desemprego e as pensões, a Lei que amplia a terceirização, as alterações no Abono Salarial e o arrocho salarial dos servidores públicos.

2. O ajuste fiscal é apenas uma política passageira?

Dilma e Lula dizem que o ajuste fiscal é um remédio amargo, mas necessário para corrigir os erros do passado. Falso! A política de ajuste, sob o comando de Joaquim

Levy e Nelson Barbosa, é um conjunto de medidas que visa a proteger os negócios dos capitalistas e manter o sistema de exploração do trabalho. Portanto, é um remédio que amarga a vida dos explorados. A política de ajuste, que objetiva crescer o superávit primário para manter os custos da dívida pública, ao cortar gastos e reduzir os investimentos estatais, atinge a economia como um todo. Por essa via, se destroem forças produtivas, ou seja, eliminam-se postos de trabalho e eleva-se a taxa de desemprego. O governo Dilma, ao administrar o Estado burguês, se volta contra os interesses gerais da maioria explorada.

Os explorados não devem confiar no palavreado petista de que tudo passará logo. A economia mundial continua mergulhada na crise. E o Brasil não tem como superar a queda econômica isoladamente. Mesmo que a recessão fosse passageira, os explorados não devem aceitar as demissões, o rebaixamento salarial e a eliminação de direitos trabalhistas. Que os capitalistas paguem por sua própria crise, seja ela passageira ou não.

3. Todos perdem com a política de ajuste fiscal?

As medidas atingem os setores produtivos, em ritmos diferentes. A produção industrial vem recuando. Os banqueiros e os especuladores, nacionais e estrangeiros, ganham rios de dinheiro, com os juros altos e o parasitismo financeiro. Como o capital industrial está fundido com o bancário, os grandes grupos industriais também se beneficiam do jogo especulativo. Mas a ociosidade das empresas, redução da capacidade produtiva, gera diminuição das taxas de lucro. Assim, as multinacionais e a burguesia nacional pressionam, de um lado, o governo para a obtenção de vantagens econômicas e, de outro, descarregam os efeitos da crise sobre os trabalhadores. As demissões, o banco de horas, o layoff e o PPE são mecanismos patronais de proteção aos seus negócios. Mesmo quando um capitalista individual quebra ou vê seus lucros diminuírem, significa que outros capitalistas estão ganhando. E que ele sempre estará protegido da pobreza, da fome e da miséria, uma vez que tem riqueza acumulada.

Como se vê, quem de fato é penalizado com o ajuste são apenas os trabalhadores.

4. É correto aceitar o argumento de que “é melhor perder um pouco do que tudo”?

A burocracia sindical tem feito a campanha de que é preciso perder um pouco para assegurar o emprego. Foi assim quando da implantação do banco de horas e do layoff. O resultado está aí: os empregos não foram mantidos. Os capitalistas aumentaram e reduziram a jornada de trabalho quando e como desejaram. Os trabalhadores perderam parte do salário e não tiveram os empregos assegurados após a suspensão (layoff). Agora, burocracia, governo e capitalistas aprovaram a redução da jornada com redução salarial. O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) prevê que, no caso da redução da jornada em até 30%, os salários serão pagos em 85%: 70% pela empresa e 15% com os recursos do FAT. Assim, o trabalhador ainda pagará parte do salário reduzido com o dinheiro de todos os trabalhadores depositados no FAT. É um negócio da china para a burguesia e uma desgraça para a vida dos operários. É falso que haverá estabilidade no emprego a todos. Enquanto uma parcela de empresários adota esse mecanismo, outra parcela continua cortando postos de trabalho.

A burguesia e o governo só impõem acordos desse tipo porque contam com a traição dos burocratas sindicais da CUT, Força Sindical e seus satélites. A burocracia quer que a classe operária aceite passivamente o argumento burguês de que “é melhor perder pouco do que tudo”.

5. Mas o que fazer se tudo está do avesso?

O descontentamento dos trabalhadores é grande. Há desconfiças em relação às direções sindicais. O exemplo mais recente foi a votação em urna dos operários da Mercedes contra a proposta patronal defendida pela burocracia do sindicato de redução da jornada em 20%, com redução de 10% nos salários. Os explorados sentem o peso do aumento do custo de vida. O preço dos produtos alimentícios básicos cresce muito acima da inflação oficial. O salário mínimo de R\$ 788,00 mal dá para a cesta-básica.

As tarifas de energia estão nas alturas. Os alugueis, as passagens dos transportes coletivos, o custo dos remédios, etc. esfolam os explorados. O terror das demissões ronda as famílias operárias. Não é à toa. A população desempregada no trimestre encerrado em maio cresceu 18,4% diante do mesmo período do ano passado. Já são 8,157 milhões de desempregados.

A resposta da classe operária e dos demais explorados não é a de aceitar as manobras da burocracia sindical. Muito menos a campanha mentirosa promovida pelos meios de comunicação. A burguesia se protege da crise se escorando nos recursos e na política estatais. Os trabalhadores têm de contar com sua própria força. Não devem cair no conto do vigário de que é possível proteger operários de uma fábrica enquanto que os outros amargam com as demissões. Todos estão sob a mesma política, que é antioperária e antipopular. A força está na unidade dos trabalhadores e na ação coletiva para rejeitar de conjunto a política patronal e defender nas ruas as reivindicações de emprego e salário.

6. É possível uma resposta diferente da apresentada pelo governo e capitalistas?

É claro que sim. A classe operária não só tem como deve responder com seu programa. A ideia de que somente o governo e os patrões podem ter uma política econômica tanto para situações normais como para as crises é falsa. Temos visto a burocracia sindical colaborar com os exploradores em nome dos explorados. Assim, negam a defender as reivindicações próprias da classe operária. Por exemplo, o PPE que acaba de ser lançado por Dilma é um ataque aos salários. No entanto, a direções sindicais dizem que é uma grande vitória dos trabalhadores brasileiros. Devemos dizer NÃO ao PPE e organizar a luta em defesa dos empregos e dos salários. Ao invés de flexibilização capitalista do trabalho, levantamos a bandeira de flexibilização operária do trabalho. Em vez de reduzir a jornada, reduzindo os salários (flexibilização capitalista do trabalho), defendemos redução da jornada sem redução dos salários. Para termos

segurança de que no dia seguinte teremos nosso trabalho assegurado, exigimos estabilidade no emprego. Para que os milhões de desempregados voltem a ter um emprego, lutamos pela escala móvel das horas de trabalho, que significa dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos os trabalhadores.

Mas é preciso, ao defender esse programa operário, organizar uma poderosa luta unitária de todos os explorados e caminhar no sentido de impor o controle operário da produção. Quem se nega a defender essa política dos explorados e oprimidos se ajoelha diante da burguesia e é traidor.

Política operária diante da crise estrutural do capitalismo

A economia cresce: quais são as reivindicações da classe operária?

Junho de 2010

Existe uma euforia no Brasil com o crescimento econômico. A Europa está se quebrando. Os Estados Unidos saem vagarosamente da recessão. O desemprego cresce nas potências capitalistas. Mas o Brasil, ao contrário, está em disparada. A taxa de desemprego diminuiu. Os assalariados estão podendo se endividar e comprar mais. Os capitalistas estão lucrando como nunca. A conclusão é que estamos em uma ilha de prosperidade cercada de um mar de crise econômica. Aqui reside o problema. O crescimento interno, a despeito da recessão nas potências, logo se esgotará.

A China e Índia, como o Brasil, continuam a crescer, com os governos incentivando o crédito e com o endividamento da população. Ocorre que Estados Unidos e Europa são a locomotiva da economia mundial. Dificilmente a China e a Índia aguentarão por muito tempo a orgia dos gastos públicos. O que queremos dizer é que a classe operária não pode se embriagar com a ilusão de emprego crescente e com a estabilidade econômica. As locomotivas emperradas puxarão os vagões para a pirâmide. É o que devemos prever para um futuro próximo.

Assim, trabalhadores não devem ficar cegos com a euforia dos capitalistas e do governo. Infelizmente, a direção sindical compartilha dessa euforia. O que desarma a classe operária para a situação difícil que está por vir, segundo as leis científicas de funcionamento do capitalismo. Ou seja, segundo as leis econômicas que levaram à explosão da crise mundial no segundo semestre de 2008,

Vocês viram que de repente o Brasil teve seu crescimento cortado e os capitalistas passaram a demitir em massa? Somente a Embraer fechou 4500 postos de trabalho. Nossa previsão é de que a crise voltará a atingir o Brasil com maior força. É preciso ficar alertas e exigir que os sindicatos organizem a luta pelas reivindicações. Como a economia está crescendo, temos de reconquistar perdas do passado e avançar.

Que reivindicações unificam a classe operária? Achamos que são estas: **1) Reposição das perdas salariais; 2) Fim da flexibilização do trabalho; 3) Eliminação da terceirização; 4) Estabilidade no emprego; 5) Escala móvel das horas de trabalho (dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho), para unir empregados e desempregados e acabar com o desemprego. Para isso, que os sindicatos convoquem assembleias e que as centrais sindicais organizem um congresso nacional.**

Contra a fome e a miséria, lutar pelo salário mínimo vital

Fevereiro de 2015

O salário mínimo do governo foi para R \$ 788,00. É um decreto de fome para milhões de trabalhadores e aposentados. Os ministros da Fazenda e do Planejamento já anunciaram que não é possível corrigir o salário acima do índice da inflação. Portanto, a pequena correção do salário mínimo sequer será mantida.

As direções sindicais discursam em favor do salário mínimo calculado pelo Dieese, mas na prática fecham os olhos diante do salário mínimo de fome. Para o Dieese, o

“salário mínimo necessário” deve ser de R\$ 2.975,55 para sustentar uma família de 4 pessoas.

O Boletim Nossa Classe tem como reivindicação o **salário mínimo vital**. Calculamos usando o valor da cesta básica do Dieese e acrescentando o valor do aluguel, das tarifas, da saúde e educação, etc. para uma família de 4 pessoas para passar um mês. Assim, chegamos ao resultado de que o salário mínimo vital deve ser de R\$4.597,57.

Valor da cesta básica:

O custo da cesta-básica de 354,19, multiplicado por 3 (dois adultos e duas crianças), totaliza a R\$ 1.062,57.

Nossos cálculos de gastos mensais para uma família:

Alimentação.....	1062,57
Habitação.....	1500,00
Transporte.....	420,00
Saúde.....	300,00
Educação.....	350,00
Artigos de residência (materiais de limpeza, consertos)..	200,00
Vestuário, calçado e artigos de higiene pessoal	450,00
Despesas gerais (telefone, lazer)	150,00
Gás.....	55,00
Água.....	50,00
Luz	60,00
Total	4.597,57

O fundamental está em que a classe operária, por meio de assembleias, faça os cálculos do salário mínimo, para que esse valor passe a ser o piso necessário para todo o trabalhador e aposentado. O Boletim Nossa Classe defende o salário mínimo vital, como única forma de proteger a vida dos explorados. Os nossos cálculos se baseiam não no que os capitalistas podem conceder, mas **sim nas reais necessidades da família operária**.

A classe operária é internacional

Julho de 2011

Os capitalistas brasileiros reclamam que o Brasil não consegue competir com os baixos preços de importação da China. Dizem que está havendo uma desindustrialização

do País. E que se continuar assim, vão começar a demitir os operários. Querem que o governo imponha taxas de importação.

Ocorre que o conflito não se dá apenas com a China. Há pouco tempo a Argentina colocou obstáculos às importações do Brasil. Os argumentos dos capitalistas argentinos são os mesmos que os do Brasil. Que as mercadorias brasileiras estão invadindo seu País e fechando empregos argentinos.

No mundo todo, um país reclama do outro concorrente e querem proteção aos seus negócios e lucros. Se se diminuem as importações da China, fecham postos de trabalho por lá. Se se diminuem as importações argentinas do Brasil, provoca-se desemprego aqui.

Como se vê, nem no Brasil, nem na China, nem na Argentina e em nenhum outro país os operários deverão dizer que fechem empregos lá e que salvamos nossa pele aqui.

A classe operária é internacional. Em toda parte, para sobreviver é preciso de emprego. Sem trabalho, morre-se de fome! Nossas vidas estão nas mãos da classe capitalista, seja no Brasil, China ou Argentina. Por isso, não apoiamos um capitalista contra os outros. Mas defendemos o emprego em toda a parte.

Qual é então a resposta? Eis algumas medidas:

- 1) Implantar a escala móvel do emprego em todos os países, de forma que as horas de trabalho sejam divididas entre todos os aptos ao trabalho;
- 2) Organizar as comissões de fábrica independentes dos patrões, eleitas diretamente pelos operários;
- 3) Impor o controle operário da produção, de forma que a classe operária em cada país tenha acesso a todos os segredos comerciais e decidam o planejamento;
- 4) Constituir a solidariedade internacional da classe operária e trabalhar por sua organização mundial;
- 5) Construir um partido operário revolucionário, que tenha por programa transformar a propriedade privada dos meios de produção (as fábricas, terras) em propriedade coletiva, social, socialista.

Nossa luta é por unir a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida em defesa de nossas vidas, dos postos de trabalho, dos salários e pelo fim da exploração do homem pelo homem.

Qual é o programa operário para a crise?

Agosto de 2012

O que está acontecendo nos países europeus deve chamar a atenção da classe operária mundial. O capitalismo está afundando em uma recessão (queda constante da produção). O que resulta em desemprego massivo. A Espanha é o exemplo da gravidade da situação. A taxa de desemprego chegou a 24,6% da população economicamente ativa. Em um ano, foram destruídos 885.800 postos de trabalho. O que é assombroso para uma população bem menor do que a do Brasil. A juventude é a mais golpeada: 53% dos menores de 25 anos não encontram trabalho.

Aqui no Brasil, o ciclo de crescimento nos últimos dez anos está fechado. O desemprego certamente vai crescer. Portanto, é um erro achar que os acordos de flexibilização do trabalho manterão os empregos. O pior que pode acontecer é os sindicatos aceitarem as reduções salariais e perdas de direitos trabalhistas e, em seguida, as demissões ocorrerem. Também é preciso ver que as demissões em uma fábrica não são fatos isolados. Numa crise como a que o capitalismo atravessa, a destruição de postos de trabalho ocorre em toda cadeia produtiva. Está aí por que a classe operária tem de ter uma política única contra as demissões.

As Centrais e os sindicatos devem se unir em uma frente única em torno de um programa operário para a crise. Está colocado organizar uma campanha nacional pela estabilidade no emprego, redução da jornada sem reduzir os salários, controle operário da produção e organização das comissões de fábrica.

Que reivindicações defendem de fato os empregados e os salários?

Junho de 2015

Os patrões têm seus meios econômicos e administrativos para responder à crise. Eis o que tem sido aplicado: layoff, férias coletivas, redução da jornada reduzindo os salários, plano de demissões voluntárias e demissão. Esses meios de “**flexibilização capitalista do trabalho**” devem ser rejeitados e combatidos pela classe operária. Aceitar qualquer um deles é aceitar o **direito burguês de demitir** na hora que quiser. Temos de nos opor a esse direito burguês, porque resulta em desemprego e miséria dos explorados.

Levantemos o **direito operário de ter um emprego** e um salário que cubra as necessidades de sua família. Ao contrário da **flexibilização capitalista do trabalho**, defendemos a **flexibilização operária do trabalho**. Assim: *redução da jornada sem reduzir os salários*. Essa **flexibilização** favorece o trabalho contra o capital. Deve vir acompanhada da reivindicação: *estabilidade no emprego*. O direito ao trabalho é inflexível, porque se opõe ao direito burguês de demitir.

Há ainda uma reivindicação de maior alcance, que é a aplicação da *escala móvel das horas de trabalho*. Por meio dela, a classe operária luta pelo direito universal de todos terem um emprego. Milhões estão desempregados. Como vamos defender nossos irmãos operários, que afundam na miséria? Levantando a reivindicação de **emprego a todos**. Com a *escala móvel das horas de trabalho*, as horas nacionais usadas no país na produção devem ser divididas entre todos aptos ao trabalho. Assim, será estabelecida a jornada que garanta emprego a todos.

É claro que a defesa do direito operário ao emprego exige unidade de luta e a constituição de uma direção política fiel aos objetivos históricos da classe operária, que é a luta pelo fim do capitalismo e construção do socialismo. As dificuldades começam a ser vencidas se as temos claras e se nos dispomos à luta.

Por que a classe operária deve prestar atenção na economia

Setembro de 2012

Os nossos empregos e salários dependem do que ocorre na economia em geral e em particular em cada ramo da produção. Nossas vidas dependem do trabalho e do salário.

A grande maioria da população é assalariada. No entanto, não temos poder sobre o funcionamento da produção e a distribuição de riqueza. É a classe capitalista (patronato) que comanda a economia. Isso porque é proprietária dos meios de produção (fábricas, terras, etc.). O que quer dizer que o destino da maioria trabalhadora está nas mãos da minoria capitalista.

A dependência da classe operária perante a classe capitalista se agrava nas situações de crise econômica. Isso porque os empresários recorrem às demissões, à redução dos salários e à destruição de direitos trabalhistas. Nós conhecemos essa realidade, porque a vivemos na pele. O que nos falta é elevar a consciência política de toda a classe operária para enfrentar os capitalistas com nossas respostas, reivindicações e programa.

Postos de trabalho ameaçados

Agorinha, foram divulgados os dados que indicam que o crescimento econômico deste ano ficará abaixo de 2%, podendo ser 1,5%. A indústria vem recuando. Alguns setores já estão demitindo em massa, é o caso de máquinas e equipamentos.

No setor automobilístico, a situação não é boa. Houve um aumento recorde nas vendas em agosto, mas se sabe que logo cairão. As vendas de caminhões despencaram. O governo tem dado enormes incentivos a alguns setores, principalmente às multinacionais. Mas não garantem os empregos e salários. Ajudam os capitalistas a preservarem seus lucros.

A colaboração com os patrões enfraquece o movimento operário

A ideia de que os sindicatos podem e devem propor so-

luções para o governo e os empresários é maluca. Qualquer proposta nesse sentido terá de favorecer a lucratividade das empresas. E a proteção do lucro somente se faz aumentando a exploração de nosso trabalho. É assim que funciona a economia capitalista.

Vejam o que acabou de acontecer na GM de São José dos Campos. A multinacional impôs o PDV e a suspensão temporária. A meta é demitir 1.500. Assim será feito, caso a classe operária não lute pelo emprego.

Chegamos ao ponto

Os empregos e os salários devem ser defendidos com reivindicações claras: 1) redução da jornada, sem reduzir os salários; 2) estabilidade no emprego; 3) controle operário da produção; 4) reajuste dos salários de acordo com o maior índice inflacionário, recuperação das perdas e aumento real.

Para isso, os sindicatos e as centrais devem organizar toda a classe operária e unificá-la em uma só força nacional.

A euforia que cega

Fevereiro de 2013

O governo comemorou o baixo desemprego. A taxa de 4,6% é, de fato, surpreendente para o capitalismo. A tendência mundial é de aumento crescente do desemprego. A crise na Europa, Estados Unidos e Japão elevou o número de desempregados. Milhões de trabalhadores perderam sua fonte de existência e milhões de jovens não encontram onde se empregar. Há países, como a Espanha, em que 26% dos trabalhadores estão desempregados e 55% dos jovens não encontram empregos.

O desemprego é um dos piores males do capitalismo. Sem o salário, a miséria e a fome crescem entre as famílias operárias. Está aí por que a luta contra as demissões e por emprego a todos é o dever número um dos sindicatos e da central sindical. Mesmo em situação favorável de emprego, os sindicatos não podem deixar de organizar a luta por emprego.

A taxa oficial de 4,6%, que não leva em conta milhares que desistiram de procurar emprego, significa milhões de desempregados. Nenhuma direção sindical verdadeiramente classista e revolucionária aceita qualquer taxa de desemprego.

Nossa luta é por emprego a todos e garantia de estabilidade. Quais são as principais reivindicações que devem unir toda a classe operária em defesa do emprego? São elas: **1) Estabilidade no emprego** (essa reivindicação defende os trabalhadores empregados contra as demissões); **2) Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários** (uma verdadeira redução da jornada aumenta os postos de trabalho e os capitalistas têm de contratar mais); **3) Escala móvel das horas de trabalho** (é a única forma de acabar definitivamente com o desemprego e a fome, isso porque as horas nacionais trabalhadas são divididas entre todos que estejam aptos ao trabalho).

A voz da burguesia diz: nosso capitalismo tem baixa taxa de desemprego e assim estamos explorando mais trabalhadores. **A voz da classe operária diz:** continuamos lutando para que não tenha nenhum desempregado e que os patrões não possam nos demitir.

A euforia com a taxa de 4,6% é a voz da burguesia e não a da classe operária. A euforia burguesa serve para nos cegar. Ao contrário, a **POLÍTICA OPERÁRIA** exige estar sempre de olhos bem abertos contra os exploradores e contra aqueles que nos querem enganar com a euforia burguesa.

Por que os trabalhadores têm de ser contra a terceirização?

Outubro de 2013

Está para ser votado um Projeto de Lei (PL-4330) que aumenta a terceirização nas empresas e nos serviços públicos. A experiência com a terceirização tem sido muito dura para os trabalhadores. Isso por que:

- 1) Os terceirizados têm salários menores. Ganham em média 27% menos do que aqueles que são contratados diretamente pela empresa;

- 2) Os terceirizados trabalham mais. A jornada de trabalho é três horas e meia maior do que a estipulada para os efetivos da empresa;
- 3) Os terceirizados permanecem menos tempo na empresa. Servem, portanto, à rotatividade da mão-de-obra, que é um meio de rebaixar os salários;
- 4) Os terceirizados são submetidos às condições mais precárias de trabalho, ocasionando maior número de acidentes. Calcula-se que, de cada 10 acidentes no trabalho, 8 estão entre as terceirizadas.

Para os patrões e os governos, a terceirização só traz benefícios. Entre eles:

- 1) *Permite reduzir os custos de produção;***
- 2) *Favorece a contratação de terceirizadas para executar todo tipo de trabalho, permitindo às empresas e aos governos burlarem os direitos trabalhistas.***

Conclusão

A terceirização é um mecanismo patronal para preservação dos lucros. Nada tem a ver com “qualidade” e com “especialização”. Tem a ver com a necessidade dos capitalistas e seus governantes de contratação de mão-de-obra com o menor custo possível. Hoje já são 15 milhões de trabalhadores terceirizados, envolvendo empresas, serviços públicos e bancos.

A resposta operária

A única forma de derrubar essa lei maldita é a convocação de uma greve geral que defenda:

- 1) *Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, com todos os direitos trabalhistas;***
- 2) *Fim de toda terceirização, seja ela para “atividades-meio” ou para “atividades-fins”. O que implica derrubar a lei da terceirização e o PL 4330.***

Exigimos:

Que as Centrais sindicais (CUT, Força Sindical,

CTB, Conlutas, etc.) convoquem assembleias em todos os sindicatos para discutir e aprovar a greve geral.

As Centrais convocaram duas manifestações (11 de julho e 30 de agosto), mas apenas para pedir uma solução negociada com o patronato e o governo. Estes pouco se importaram, porque não viram as fábricas pararem em defesa do trabalho e contra a terceirização. Agora, o PL 4330 está para ser votado. Ou paramos o país para derrotar essa ofensiva patronal antioperária, ou teremos de nos submeter à escravidão das empresas terceirizadas.

Greve geral pela derrubada da lei da terceirização e do PL 4330!

Como derrubar o PL 4330 e conquistar as reivindicações que estão no Congresso Nacional

Janeiro de 2014

O PL 4330 reforça e amplia a terceirização da mão-de-obra. As centrais sindicais se manifestaram contra, fizeram protestos e bloqueio no Congresso. Mas a classe operária não foi organizada para acabar com a terceirização.

Como vencer o ataque da burguesia contra os empregos e os salários? Organizando uma **GREVE GERAL NACIONAL**. Só conversa e pequenos protestos não deterão os exploradores e seus políticos no Congresso Nacional.

Governo e capitalistas descarregam a crise sobre os explorados
Não abaixar a cabeça!

Junho de 2015

As Medidas Provisórias 664 e 665 (MPs) atacam direitos trabalhistas e previdenciários: redução do tempo para pedir o seguro desemprego e restrição ao acesso ao abono salarial, à pensão por morte e ao auxílio-doença. Essas medidas fazem parte do ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff (PT/PMDB). Resultam em uma economia que será destinada ao pagamento dos gigantescos juros da dívida pública. Os banqueiros ganham mais e os assalariados se ferram.

O Projeto de Lei 4.330 da terceirização é um dos maiores retrocessos trabalhistas. Se finalmente for implantado, perderemos totalmente nosso vínculo trabalhista com o patrão para quem trabalhamos. A terceirização já existente nas atividades-meios comprovou que os salários caem, aumenta a rotatividade da mão-de-obra e as condições de trabalho se precarizam. Por incrível que pareça, a Força Sindical do Paulinho, seguindo o PSDB, apoiou a votação do PL 4.330.

A CUT chegou a falar em uma greve geral. Mas nada foi feito de concreto. Ao apoiar o governo, fica com as mãos e pés amarrados.

Nas fábricas devemos dizer: “Abaixo as MPs 664/665”! “Abaixo o PL 4.330”! Exijamos que os sindicatos convoquem assembleias para organizar a luta geral pelos direitos trabalhistas e previdenciários.

*Governo Dilma e Congresso Nacional dão um golpe nos trabalhadores
Força Sindical trai descaradamente a classe operária!
Burocracia sindical da CUT se mostra impotente e conivente!
Abaixo a Lei da terceirização!*

Abril de 2015

Finalmente, os capitalistas deram o golpe de misericórdia nos direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Aprovaram estender a terceirização para todas as atividades e funções. Os empresários se livraram dos encargos da contratação.

A terceirização nas denominadas “atividades-meios” já havia demonstrado que serviu para rebaixar os salários e precarizar as relações trabalhistas. Agora, será espalhada para as “atividades-fins”. Os explorados acabam de sofrer um golpe de morte do governo PT/PMDB e do Congresso Nacional.

A Força Sindical apoiou a Lei da Terceirização. O partido que a dirige – o Solidariedade (SD) – foi o relator do projeto. Artur Maia, deputado eleito com apoio da Força

Sindical, cumpriu o papel de laçao dos empresários. Paulinho da Força, como é chamado, e deputado pelo partido Solidariedade, agiu sem nenhum temor como porta-voz dos interesses capitalistas.

A CUT, braço do PT e CTB, do PCdoB, por sua vez, fizeram corpo mole diante do golpe em marcha. Permaneceram à espera que o governo Dilma amenizasse a violência da medida. Convenceram os assalariados de que era preciso achar no Congresso Nacional, chefiado pelos mafiosos Renan Calheiros e Eduardo Cunha, uma solução que atendesse tanto aos capitalistas quanto aos explorados. Não organizaram a luta contra a Lei 4.330/2004, que há 11 anos aguardava a votação. Não mostraram à classe operária de que se tratava de um golpe nas leis trabalhistas que protegem minimamente os milhões de assalariados.

A CUT e CTB fizeram uma manifestação típica da burocracia colaboracionista no dia 7 de abril em frente à cova de ladrões e opressores do povo. Não serão algumas cenas de confrontos com a polícia que livrarão a CUT, CTB, PT e PCdoB da responsabilidade. Ficará marcado para sempre sua conduta de servilismo ao governo e ao Congresso Nacional, a cova de ladrões e de opressores do povo.

Mas a responsabilidade da burocracia sindical não pára por aí. A CSP-Conlutas, braço do PSTU, e a Intersindical, do PSOL, sempre foram absolutamente contra, mas se mostraram impotentes. Não foram capazes de reunir a vanguarda para uma campanha sistemática no seio dos explorados. Finalmente, ficaram prostradas diante da cova de ladrões e inimigos do povo. Ficaram sem ter o que fazer diante da traição da Força Sindical, da CUT, da CTB e dos demais aparatos do sindicalismo burocrático e pró-capitalista.

A burocracia centrista e a burocracia reformista – respectivamente da CSP-Conlutas e da Intersindical – fazem alardes com o palavreado sobre os direitos trabalhistas, mas são incapazes de se unirem, promoverem e centralizarem uma resistência classista à ofensiva da burguesia, do governo Dilma e do Congresso Nacional. A CSP-Conlutas e a Intersindical também ficarão marcadas pela incapacida-

de e pela leviandade política.

Na cova de ladrões e inimigos do povo, parlamentares do PT, PCdoB e PSol estenderam uma faixa, que atravessou o plenário da Câmara Federal, com os dizeres de que a Lei 4.330 é o “Fim da CLT; Ataque aos Trabalhadores” e chama a “Votar Não”. Com a imensa hipocrisia, os parlamentares pretenderam mostrar à população assalariada que estavam contra, que não se colocaram ao lado dos burgueses velhacos e que defendiam os interesses da maioria explorada. Esses falsificadores que se cobrem com a bandeira do “poder popular” tiveram tempo e meios materiais para irem aos explorados defender a derrubada do projeto de Lei 4.330 nas ruas. Tinham tudo para denunciar os partidos da burguesia e a venal burocracia sindical. Nada fizeram. Esperaram o dia da votação para aparecerem como a minoria que votou contra.

A esquerda legalizada – PSTU e PSol (referimo-nos àquelas que têm de fato influência nos sindicatos), por sua vez, ficaram entrincheiradas nas inconsequentes denúncias. Não se dispuseram a orientar seu aparato sindical para organizar os trabalhadores e a juventude a resistirem, a denunciarem o parlamento burguês, a dizerem que é preciso organizar as forças da revolução e que somente com os métodos revolucionários se pode breçar o golpe em marcha contra as massas. Para ser justo, o PSTU levantou a bandeira de greve geral, mas como se tivesse saído das nuvens. Sua central não fez nenhum trabalho de ampla denúncia da traição da burocracia em andamento e não preparou a resistência de uma parcela da classe operária que poderia tomar a iniciativa em favor da greve.

Desde que Dilma assumiu o segundo mandato, instalou-se uma crise política. A direita burguesa comandada pelo PMDB, escorada pelo PSDB e rodeada pelo SD, PPS e outros lacaios, decidiu que era hora de tirar da gaveta todos os projetos reacionários. Eduardo Cunha e Renan Calheiros ditam a política do Congresso Nacional. A crise política abriu caminho para uma violenta ofensiva contra o proletariado e a maioria oprimida. Querem reduzir a maioria

penal para criminalizar a juventude que se desintegra sob o capitalismo putrefato. Querem implantar a Lei antiterrorismo ditada pelos Estados Unidos, que se voltará contra os movimentos e sua vanguarda combativa. A aprovação da Lei da Terceirização indica que a ofensiva da reação burguesa se dá em todas as direções: trabalhista, social e política.

É necessário imediatamente organizar a resistência. Vencer a passividade! Romper o colaboracionismo de classe! A Lei 4.330 ainda terá de ser votada no Senado. **Desde já, devemos levar aos locais de trabalho, às escolas, aos bairros e às ruas a bandeira de derrubada da Lei anti-operária. Fim de toda terceirização! Contratação direta de todos os terceirizados! Estabilidade no emprego! Redução da jornada sem redução dos salários! Escala móvel das horas de trabalho para acabar com o desemprego e incorporar toda a juventude ao trabalho!**

Para organizar a resistência e preparar as condições para a greve geral é necessário: 1) Que a CSP-Conlutas e Intersindical se unam em uma frente única de ação. Que superem a inércia política! Que convoquem imediatamente uma plenária nacional sob a bandeira: derrubar nas ruas a Lei da Terceirização, PL 4.330. Que convoquem uma plenária da juventude sob a mesma bandeira; 2) Que se exija da esquerda cutista e petista a participação na frente única; 3) Que convoque a CUT e todas as centrais a romperem com o governo e com o Congresso Nacional; 4) Que os sindicatos convoquem assembleias para responder ao ataque da burguesia; 5) Que lance a campanha nas bases operárias e da juventude.

O Partido Operário Revolucionário se empenhará em construir a frente única pela derrubada da Lei anti-operária!

Abaixo o golpe do governo, do Congresso Nacional e da burguesia contra a classe operária!

Organizemos o combate nas fábricas, escolas, bairros populares e ruas!

Somente a força organizada dos explorados sob um programa classista e revolucionário poderá quebrar a marcha da reação capitalista!

Organização, democracia e métodos de luta da classe operária

Democracia e independência dos sindicatos

Março de 2011

A maioria dos operários confunde a direção sindical com o próprio sindicato. E por quê? Porque, via de regra, não existe democracia nos sindicatos, não se forma oposição, as eleições para trocar a direção são manipuladas, os diretores fazem o que bem entendem e os operários permanecem à margem da vida política dos sindicatos.

Mas há outros motivos graves, como o da direção sindical fazer corpo mole nas campanhas salariais, controlar as assembleias para que só falem os burocratas da diretoria, dividir os operários em faixa de negociação e fazer acordos pelas costas dos trabalhadores.

Vamos ver só mais esses motivos: a direção burocrática e pelega submete os sindicatos à política governamental, coloca-os a serviço de candidaturas patronais e viola a independência das Centrais sindicais.

Como os operários veem sempre a mesma conduta pró-patronal e corrupta da diretoria, acham que a culpa é do próprio sindicato. Esses é um engano que permite aos burocratas mandões continuarem a comandar os sindicatos.

Ao contrário dessa visão errada, nós operários devemos repudiar a direção corrompida e defender o sindicato como instrumento de luta

Devemos dizer: **burocratas e pelegos daninhos saiam de nosso caminho, queremos de volta nosso sindicato, vamos expulsá-los construindo uma verdadeira direção sindical proletária e revolucionária!**

Devemos dizer: **burocratas pelegos e daninhos saiam de nosso caminho, vamos reconstruir nosso sindicato com as assembleias democráticas, com eleições limpas em que concorram as chapas classistas e com a participação dos operários de chão de fábrica!**

Devemos completar: **burocratas e pelegos daninhos queremos nosso sindicato para mostrar ao patrão explorador nossas armas de luta, com nosso sindicato independente e com nossa democracia sindical vamos à greve por nossos salários e nossas famílias!**

É isso companheiro, sindicato e diretoria não são a mesma coisa.

Eleições metalúrgicas do ABC: mais um passo contra a democracia sindical

Junho de 2011

No boletim anterior, mostramos que o Sindicato Metalúrgico do ABC criou um mecanismo eleitoral que impede a constituição de chapas e disputas de programas entre os operários. Copiou dos sindicatos europeus a fórmula dos Comitês Sindicais de Empresas. Assim, primeiro se elege os representantes dos comitês sindicais por fábrica e, depois, os nomes mais votados constituem uma lista única para formar o conselho da executiva da direção e o conselho fiscal. Essa lista de nomes passa a ser a chapa única para formar o conselho da executiva da direção e o conselho fiscal. Essa lista de nomes passa a ser, por sua vez, a chapa única da eleição da direção do sindicato. As urnas são fixadas nas empresas e os operários referendam a tal chapa. Com isso, as eleições sindicais são despolitizadas e inteiramente manobradas pela burocracia do sindicato.

O resultado não poderia ser diferente. A chapa única obteve 97,3% dos votos. O mandato sindical será de Sérgio Nobre, que prometeu empenho na aprovação do projeto de *Comitês Sindicais de Empresas*, no Congresso Nacional.

Quem ganha com esse sindicalismo é o patronato. Isso porque fortalece as burocracias sindicais comprometidas em anular a luta entre capitalistas e operários e submissas às leis da exploração do trabalho.

O combate aos comitês sindicais de empresas, a defesa das comissões de fábrica e as eleições por chapas e programas são fundamentais entre aqueles que reivindicam a democracia operária. Daí a importância da constituição de grupos de oposição nos locais de trabalho, ou seja, das frações revolucionárias para quebrar a burocratização do sindicato.

Sindicato aceita acordo das montadoras

Setembro de 2011

O sindicato dos metalúrgicos do ABC assinou um acordo por dois anos com as montadoras. Isso depois do governo Dilma ter presenteado as montadoras com isenção de impostos. Assim farão uma enorme economia às custas do Estado. Não há dúvida que as multinacionais se comprometeram a aparecer boazinhas com os metalúrgicos. No entanto, a direção do sindicato diz que o acordo foi uma vitória para os operários da Mercedes, Volks, Ford, Toyota e da Scania, porque garante a inflação, o aumento real de 5% (dividido em dois anos) e um abono de R\$2.500,00. Vejamos se de fato foi uma vitória.

- 1) Agora, em 2011, a correção será pela inflação e o aumento real é de 2,5%. Os 5% correspondem aos dois anos de acordo;
- 2) As empresas lucraram como nunca com a venda de carros e só concederam a inflação do período. O aumento real de 2,5% é vergonhoso diante dos lucros do patronato. O custo de vida do qual dependem os assalariados é mais alto;
- 3) O abono de R\$2.500,00 é a velha política que fa-

- vorece as multinacionais, porque se livram dos encargos sociais. Os patrões deixam de pagar sobre esse valor o décimo terceiro, aposentadoria etc.;
- 4) As multinacionais exigiram concessões do governo Dilma, se precavendo da crise econômica que atinge o setor industrial, e, em contrapartida, concederam somente o reajuste da inflação. Não há nenhuma garantia de manutenção de emprego, nesses dois anos de acordo;
 - 5) O piso salarial fixado em R\$1.500,00 corresponde a menos de três salários mínimos. Em 2012, o piso terá um acréscimo de 60 reais. É uma miséria! Uma família para sobreviver necessita de um salário mínimo vital de R\$3.824,00;
 - 6) Não houve avanço na redução da jornada. A superexploração continuará golpeando os metalúrgicos.

Acordo sem luta, é vitória patronal

Ninguém em sã consciência imagina que as montadoras foram bondosas para como os operários. Vivemos num sistema econômico de exploração do trabalho, por isso os capitalistas espremem nosso suor para obter os lucros. As montadoras mandaram rios de dinheiro para as matrizes, aproveitando-se do crescimento econômico do Brasil. Sabem que a crise econômica tomou conta do mundo todo. Por isso, fizeram chantagens diante do governo Dilma e ganharam benesses. Por outro lado, atraíram as direções sindicais. As campanhas salariais ficaram submetidas às negociações entre empresários, governo e dirigentes sindicais.

Resultado: não houve mobilizações e assembleias conjuntas, que aprovassem a pauta de reivindicação, com índice real de reajuste, reposição das perdas salariais e um plano de paralisação das fábricas para impor as reivindicações. Prevaleceu a divisão dos metalúrgicos em grupos e acordos setoriais. A burocracia apresentou em algumas assembleias de fábrica como sendo uma grande mobili-

zação. Essa mentira serve para esconder que o sindicato não convocou todos os metalúrgicos para organizar uma campanha coletiva, massiva e de luta.

Pior ainda: o acordo vai até 2013. O que significa o compromisso do sindicato de não falar em campanha salarial por dois anos. **Mais ainda:** a retirada dos metalúrgicos das montadoras da campanha salarial quebrou as campanhas dos setores menores, como as autopeças, forjarias, eletroeletrônicos, refrigeração etc.

Companheiros operários,

Está aí por que temos de construir uma oposição classista a partir das fábricas. Uma oposição para combater as direções sindicais que são usadas pelos patrões e que apoiam o governo.

A independência política e organizativa do proletariado é fundamental para que haja de fato a separação das nossas reivindicações e dos nossos métodos de luta das negociatas e interesses dos patrões e do governo.

Democratizar os sindicatos

Maio de 2012

Existe uma desconfiança da maioria dos operários quanto aos sindicatos. E por quê? São várias as razões. Eis algumas: 1) A diretoria faz do sindicato uma propriedade sua; 2) O imposto sindical acomoda as lideranças sindicais, que não precisam conquistar a confiança dos trabalhadores para que fiquem espontaneamente sócios; 3) As diretorias vão se tornando autoritárias, reprimem a oposição e impedem que os sindicatos tenham vida política; 4) Os sindicatos são transformados em aparelhos a serviço da política eleitoral dos partidos patronais; 5) Os sindicalistas que se corrompem na política patronal dão mau exemplo, fazendo dos sindicatos um instrumento de seu carreirismo; 6) Os sindicatos são burocratizados de tal forma que se afastam do chão de fábrica; 7) As diretorias matam as campanhas salariais fazendo acordos com os patrões às costas dos operários; 8) Não trabalham para elevar a consciência de classe dos explorados e libertá-

los do domínio das ideias impostas pelos exploradores; 9) Negam-se a organizar as greves, sem as quais não haverá conquistas; 10) E, quando não é possível evitar a greve, fazem corpo mole para que esta não seja geral e combativa.

Como vocês podem ver, são muitos os pontos negativos. No entanto, a classe operária não pode ficar sem os seus sindicatos. Eles são nossos instrumentos para lutar pelos salários, empregos e condições de trabalho. O que temos de fazer é resistir à burocratização dos sindicatos e lutar pela sua democratização. Não podemos confundir o sindicato com a direção pelega.

O Boletim Nossa Classe é um meio que temos para defender um sindicalismo classista, de luta e revolucionário. Eis alguns pontos de nosso programa: 1) Libertar os sindicatos das direções que se aburguesaram e passaram para o lado dos patrões; 2) Formar oposições classistas, combativas e honestas; 3) Ajudar os trabalhadores a se organizarem no interior das fábricas; 4) Denunciar as arbitrariedades patronais; 5) Defender as assembleias e as greves como meios coletivos de enfrentar a exploração capitalista do trabalho; 6) Defender eleições limpas nos sindicatos, para que as diretorias mudem por meio da disputa de chapas, pelo voto direto e secreto; 7) Trabalhar pela unidade na luta dos operários, unindo metalúrgicos, têxteis, químicos, construção civil, enfim, todos em um só movimento operário. Com esse programa básico, o Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a lutar pela democratização dos sindicatos! Participem de nossa campanha! Venham às nossas reuniões!

Lutar contra a lei antigreve

Novembro de 2011

A lei antigreve criou a indústria das multas contra os sindicatos. Qualquer greve é considerada abusiva. As multas diárias quebram financeiramente os sindicatos. Governo, patrão e Justiça descobriram um meio de atacar as greves ameaçando a burocracia sindical acomodada no aparato.

As greves enquadradas no critério de atividades essenciais, imediatamente sofrem penalidades, caso não mantenham a maior parte dos serviços em funcionamento. Aquelas que não são consideradas essenciais, basta um dissídio, e o juiz impõe a sua suspensão. Com o julgamento do fim da greve, o juiz estipula altas multas, que atemorizam a burocracia dirigente.

Burocracia se curva diante da lei

A burocracia se livra da punição convencendo os grevistas de que o sindicato não pode arcar com as multas e que, para preservá-lo, é preciso suspender o movimento. A experiência demonstra que as multas milionárias servem de motivo para os dirigentes acabarem com as greves. Foi o que ocorreu na greve nacional dos trabalhadores dos correios. Depois de 28 dias de resistência às pressões pela volta ao trabalho, o Tribunal Superior de Trabalho (TST) decretou o seu fim. Os burocratas acataram a ordem judicial.

Como a lei antigreve estrangula as lutas

A indústria das multas é apenas um dos pontos de estrangulamento das greves. Os piquetes são proibidos. Os patrões recorrem imediatamente à Justiça comum para que esta acione o interdito proibitório, que coloca a polícia contra os grevistas e a favor dos fura-greves. Para uma assembleia decidir sobre o início da greve, deve avisar com antecedência aos patrões ou ao governo. Uma vez alertados, recorrem aos meios punitivos e administrativos para combatê-la. A assembleia que decidirá pela greve tem de ser realizada em local fechado.

Essa parafernália substitui a lei anti-greve da ditadura militar. É fruto da chamada abertura democrática. O fato é que o direito de greve enunciado na Constituição não existe na vida real.

A greve tem de ser defendida como um direito irrestrito

Evidentemente, a burguesia não iria admitir o método da ação direta do proletariado como um direito a ser exercido plenamente. A razão está em que a relação entre a

burguesia e o proletariado no processo de produção se dá por meio da luta de classes. Os operários se manifestam como força social perante os exploradores no momento em que paralisam a produção e se mostram senhores da situação.

A greve viola o direito de propriedade da classe capitalista. Essa contradição não permite a nenhuma democracia burguesa incluir o direito de greve. Ao mesmo tempo, não é possível negá-lo integralmente. Resta à classe capitalista mutilá-lo.

A primeira condição de vitória do movimento grevista está em não se submeter à legalidade, que limita a sua potencialidade. A defesa do direito irrestrito de organização, manifestação e greve é inerente a qualquer movimento. Os ataques da burguesia e de seu governo devem ser prontamente respondidos com a ação política das massas.

A greve não é “um direito constitucional”, mas um método de ação do proletariado na sua luta contra a burguesia. A conquista do direito de greve é o resultado do desenvolvimento político da classe operária em contraposição ao domínio da classe capitalista.

A tendência é a dos governos atacarem mais fundo a vida dos explorados e serem intransigentes às reivindicações mais elementares.

As experiências em que a lei antigreve foi usada para derrotar os movimentos nos mostram a necessidade de se trabalhar a bandeira de fim da parafernália jurídica antio-perária e pelo irrestrito direito de manifestação coletiva.

Exemplo de como se defender contra a exploração e a miséria

Abril de 2012

Os operários e as operárias têm de prestar atenção nas greves que estão acontecendo. A experiência de luta dos trabalhadores traz muitas lições. A classe operária é uma só, embora estejamos divididos em categorias como metalúrgicos, têxteis, químicos, mineiros, construção civil, etc. Operário consciente é aquele que vê a exploração e o

sofrimento de todos os trabalhadores e se dispõe a lutar em defesa do salário, do emprego, de todos os direitos e pelo fim da exploração do homem pelo homem.

*Hoje, o **NOSSA CLASSE** divulga a greve de Jirau e Santo Antônio. **Todo apoio à greve. Que suas reivindicações sejam atendidas. Fim da repressão aos grevistas. Fim da Lei antigreve.***

Greve nas Usinas de Jirau e Santo Antônio Esse é o caminho para enfrentar os patrões

A paralisação iniciou no dia 9/3 na usina de Jirau, com os 1.500 operários da empresa terceirizada (Enesa). Três dias depois, 14 mil operários contratados pela Camargo Corrêa também se colocaram em greve. E, no dia 26, o movimento se estendeu para a usina de Santo Antônio.

Por que os operários das duas usinas vêm constantemente paralisando o trabalho? Porque: 1) A Camargo Corrêa, Odebrecht e as empresas terceirizadas pagam baixos salários, não cumprem com os direitos trabalhistas e impõem precárias condições de trabalho; 2) As péssimas condições dos alojamentos e de alimentação impedem as condições elementares de existência dos trabalhadores.

Essas milionárias empreiteiras arrancam o sangue dos operários. Agora, recusam-se a conceder uma antecipação salarial de 8% e um aumento de 150 reais na cesta-básica. **Assim, não há outra forma de enfrentar a brutal exploração a não ser ir à greve.** Os patrões procuram sempre quebrar a disposição de luta dos operários usando a polícia e a Justiça, que julga a greve ilegal e impõe multas ao sindicato e punição às lideranças. A Justiça cobrou multa diária de 200 mil reais dos sindicatos e recorreu ao governo federal pedindo a intervenção da Força Nacional de Segurança.

Mesmo assim, os trabalhadores de Jirau e Santo Antônio não se curvam e lutam heroicamente por suas reivindicações. Não há outro caminho para enfrentar a exploração capitalista a não ser a greve. A classe operária brasileira deve apoiar nossos companheiros de Jirau e Santo Antônio.

Viva a luta dos operários em defesa de suas vidas e de suas famílias!

O que é importante na campanha salarial

Setembro de 2012

Estamos nos meses de campanha salarial das mais importantes categorias: metalúrgicos, químicos, petroleiros, têxteis, bancários, etc. Alguns sindicatos são mais ativos e outros não passam de lengalenga, como no caso dos têxteis. Mas em geral todos padecem de um mesmo problema: a suas direções não querem organizar campanhas salariais de luta. Preferem fazer acordos mi-xurucos e bem miúdos.

A importância da greve na campanha salarial

No passado, os patrões tinham medo das greves. Agora, quem tem medo é a maioria das direções sindicais. Assim, os patrões ficam sossegados. O que fazem as diretorias apelegadas? Algumas não fazem nada. Vão para a mesa de negociação abraçando os capitalistas, que lhes oferecem conforto e um café de primeira. Mas outras diretorias fazem:

1) isolam umas fábricas das outras; 2) não convocam a assembleia geral; 3) não apresentam as perdas e os índices salariais a serem defendidos; 4) prendem-se ao PLR, sobre o qual não há encargos trabalhistas, previdenciário, etc. 5) não abrem uma discussão democrática com todos os trabalhadores mobilizados; 6) fogem da greve como o diabo da cruz.

Companheiro operário, leia cada um desses pontos e pense o contrário. Aí você saberá se o seu sindicato conta com uma diretoria combativa ou pelega.

A campanha salarial é o momento em que podemos sair do anonimato de cada fábrica e compartilhar com os demais companheiros os mesmos problemas criados pela exploração capitalista do trabalho. Está aí por que o ponto de partida de uma verdadeira campanha salarial começa pela convocação de uma assembleia geral, que possa decidir coletivamente.

Empregos não se negociam, se defendem com luta

Março de 2013

Companheiros (as), a crise mundial de superprodução vem se manifestando no Brasil. O governo concedeu poderosos subsídios às montadoras e a alguns setores da indústria nacional. Essas vantagens apenas amenizaram a crise, mas não a resolveram. O PIB (Produto Interno Bruto) caiu (0,9%). A produção industrial retraiu. A inflação subiu. O endividamento da população é grande e as taxas de inadimplência cresceram. O que quer dizer que o pior está por vir. As consequências começam a se despontar: fechamento de algumas fábricas, demissões, PDVs, banco de horas e acordos de flexibilização do trabalho. Enquanto a classe capitalista se protege da crise com essas medidas, a classe operária se encontra desorganizada e desmobilizada para responder à destruição de postos de trabalho e eliminação de direitos. As greves e mobilizações por

fábrica e corporativas (por sindicato) não ganharam força para barrar a ação centralizada dos capitalistas. Foi o caso da GM de São José dos Campos, da Mangels de São Bernardo, da Solvay de Santo André, da Vulcabrás-Azaléia na Bahia, da Teka de Santa Catarina etc.

O Boletim Nossa Classe faz campanha contra as demissões e contra os acordos de flexibilização. Luta pela unidade dos explorados da cidade e do campo. E chama a maioria oprimida a defender os postos de trabalho, por meio da bandeira: “em pregos não se negociam, se defendem com luta”.

O cerco das demissões vem apertando

Julho de 2014

Os capitalistas da indústria dizem que já não podem evitar o fechamento de postos de trabalho. Há quase uma recessão no setor. Nos principais ramos da produção, já não se contrata.

A indústria automotiva se aproxima do impasse. A capacidade de produção e a queda nas vendas estão em choque. As consequências negativas são despejadas sobre os

metalúrgicos.

Os mecanismos como férias coletivas, layoff e flexibilização da jornada estão se esgotando. As multinacionais já estão recorrendo ao facão.

As demissões na Mercedes e Volkswagen indicam o caminho a que os capitalistas recorrerão. Os PDVs colocam a guilhotina no pescoço dos operários que entram na lista do RH da multinacional. O PDV parece como uma máscara civilizada de cortar a fonte de existência do assalariado e de sua família. Os mil e cem companheiros da Mercedes que se sujeitaram ao PDV foram empurrados para a guilhotina.

O acordo entre direção sindical e multinacional deixa os explorados desarmados para enfrentar as demissões. Por esse caminho, a classe operária vai sangrar.

Ao contrário, o **Boletim Nossa Classe** vem há muito tempo fazendo uma campanha pela organização de um movimento de resistência em defesa dos empregos e dos salários.

Nossa bandeira é: **EMPREGO NÃO SE NEGOCIA, SE DEFENDE COM LUTA!**

O que devem fazer as Centrais Sindicais diante das demissões?

A resposta deve estar na ponta da língua dos trabalhadores: organizar a luta nacional em defesa dos empregos e dos salários. O certo era nem se fazer a pergunta sobre o que devem fazer as centrais sindicais. Era para os sindicatos estarem unidos diante da crise do capitalismo e estarem em pleno trabalho de organização da luta. Mas isto não está ocorrendo.

Está mais do que comprovado pela experiência que os acordos de demissão (PDVs) e as demissões sem acordo são uma violência da burguesia contra os assalariados.

Diante da previsão de que virão demissões em massa muito maiores do que as que hoje vêm ocorrendo, o patronato e as centrais (CUT, Força Sindical, etc.) estão conversando com o governo sobre o afastamento remunerado,

com redução salarial.

Mas quem pagaria os salários? Segundo uma das propostas, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seria utilizado. É muito cômodo para os capitalistas que o FAT lhes sirva como auxiliar de administração da crise econômica. Os trabalhadores não devem aceitar essa falsa solução. A chamada “flexibilização do trabalho” é uma armadilha contra os assalariados.

A função das centrais e dos sindicatos não é a de encontrar saídas para os negócios da classe capitalista, mas para defender a classe operária da exploração, do desemprego, da pobreza e da miséria.

O **Boletim Nossa Classe** chama os trabalhadores a defenderem:

- 1) que as centrais e os sindicatos mostrem para a classe operária os perigos da crise econômica para nossas famílias; 2) que organizem uma campanha nacional de defesa dos empregos e salários; 3) que convoquem assembleias em todos os sindicatos para aprovar um plano de luta; 4) que constituam os comitês intersindicais e interfabris para garantir a unidade na base operária.

O programa da classe operária para enfrentar a crise e o desemprego

O programa começa pela defesa dos salários e dos empregos. Nós da classe operária vendemos nossa força de trabalho aos capitalistas. Estes nos exploram para obter o máximo de lucratividade. Está aí por que não existe patrão bom ou ruim. Todos nos pagam um salário de acordo com o mercado de trabalho. Todos tiram do couro a correia.

Se a economia cresce, podem precisar de maior quantidade de força de trabalho (mão-de-obra). Então contratam mais. Mas se vem a crise (queda econômica, recessão, depressão) então os capitalistas destroem postos de trabalho.

O que significa para a economia destruir postos de trabalho? Significa estagnação, recessão ou depressão (inúmeros capitalistas se quebram e outros se enriquecem ain-

da mais).

O que significa para a classe operária destruir postos de trabalho? Significa que parte de sua força de trabalho se torna inativa (desemprego). Milhares de demitidos deixam de receber salário. Se a pobreza domina a maioria dos assalariados, com o desemprego em alta, aumenta a miséria das famílias.

As reivindicações do programa que defende de fato a vida dos explorados são:

Quanto ao emprego: **ESTABILIDADE NO EMPREGO, REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUZIR OS SALÁRIOS, ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO** (com a escala móvel se dividem as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho, assim todos terão trabalho)

Quanto aos salários: **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** (que cubra as necessidades de uma família); **AUMENTO REAL, RECUPERAÇÃO DAS PERDAS, ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE** (diante da inflação crescente e da alta do custo de vida, a escala móvel de reajuste protege os salários reajustando-o automaticamente de acordo com a perda pela inflação).

As lições de São José dos Campos

Abril de 2013

A General Motors esperou o término da suspensão temporária (layoff) e demitiu 598 metalúrgicos. O sindicato dirigido pela Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-C) assinou o acordo que previa PDV, layoff e redução do piso salarial.

O PDV é conveniente para os patrões e para os dirigentes sindicais. Isso porque parece que o operário está querendo ser demitido para pegar algumas vantagens, que no dia seguinte não valem nada. Essa é a primeira lição. Devemos ser contra essa farsa de que o trabalhador se autodemite. Nada de Programa de Demissão Voluntária (PDV)!

A “suspensão temporária” (layoff) é a porta de saída para o operário ser jogado no olho da rua. A GM e sindi-

cato da CSP-Conlutas assinaram o layoff colocando 598 na UTI. Essa é a segunda lição – o layoff é o leito de morte na UTI.

A redução do piso salarial para os novos contratados de R\$ 3.100,00 para R\$ 1.800,00 é um golpe nas condições de vida dos trabalhadores. Toda redução de salário resulta em empobrecimento da classe operária. A terceira lição: abrir mão do valor do salário resulta em aumento da lucratividade para os exploradores.

Conclusão: os metalúrgicos da GM de São José dos Campos sofreram uma brutal derrota sem que tenham lutado para defender os empregos e as conquistas.

De quem é a culpa? O sindicato diz que os metalúrgicos não quiseram lutar. Na verdade, a direção sindical não tem como justificar a assinatura de um acordo maldito para a classe operária.

A posição do boletim **NOSSA CLASSE** é: **emprego não se negocia, se defende com luta! Fim dos PDVs! Nada de layoff! Estabilidade no emprego! Escala móvel das horas de trabalho para empregar todos os que estejam aptos ao trabalho (divisão das horas nacionais empregadas na produção entre todos aptos ao trabalho)!**

Derrota política

Mas não houve apenas derrota econômica dos metalúrgicos da GM. Houve também a derrota política. Essa lição é tão grave quanto a da derrota econômica.

Qual é a derrota política? É a aceitação de um acordo que legaliza a perda de direitos e as demissões. A derrota sem luta mostra aos capitalistas que podem continuar avançando sobre as conquistas da classe operária. É o que tem acontecido com os vários acordos de flexibilização do trabalho assinados pelo Sindicato Metalúrgico do ABC e da Força Sindical.

A falta de união das centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, CSP-Conlutas) para defender um programa da classe operária contra as imposições das multinacionais

vem impedindo os trabalhadores de lutar contra a flexibilização. No ABC, os trabalhadores ouvem: “estão vendo, o sindicato de São José dos Campos não aceitava a flexibilização, agora estão pagando com as demissões”. E o sindicato de São José diz: “estão vendo, não tivemos apoio do sindicato do ABC e da CUT na luta contra as demissões”.

De fato, os operários da GM ficaram isolados do restante da classe operária porque os sindicatos são corporativos, fica cada um na sua. O divisionismo sindical serve aos exploradores.

Conclusão do boletim **NOSSA CLASSE: é preciso unir a classe operária sob um programa de luta contra a exploração capitalista do trabalho, não aceitar os acordos que arrancam conquistas e prejudicam a vida da família assalariada!**

*Dia 11 – greves e manifestações
Companheiros, as centrais sindicais convocam
para o dia 11 uma manifestação nacional, com
paralisações.*

*Todos à greve, todos às ruas!
Lutemos por nossas reivindicações!*

Julho de 2013

*Organizar o movimento operário para enfrentar a
crise capitalista*

*É necessário defender os empregos e os salários!
Que os sindicatos e as Centrais convoquem
assembleias para aprovar um plano de defesa
da classe operária e de todos os explorados!
Rejeitar a política de apoio a empresas, a grupos
econômicos e a burguesia de conjunto!
Defender a política proletária de independência
de classe diante do patronato e dos governos
Aos trabalhadores e à juventude oprimida*

As manifestações de junho mostraram a poderosa força do movimento de massa. O governo federal, os governos estaduais e os prefeitos tiveram de voltar atrás no aumen-

to das tarifas dos transportes coletivos. Mas o mais importante foi que a juventude oprimida e os populares impuseram o direito de se manifestar. Certamente, tiveram de enfrentar a brutal repressão.

A corrida de milhares e milhares para as ruas também impôs aos governos limites em sua sanha repressiva.

A grande maioria dos manifestantes era de classe média. A classe operária esteve ausente. Não estava organizada para sair com suas reivindicações. Somente no final de junho é que as Centrais sindicais decidiram convocar a manifestação do dia 11 de julho. Antes tarde do que nunca! Mas é preciso levantar as reivindicações que defendam de fato a força de trabalho.

Quais são as ameaças que temos pela frente? Quais são as principais dificuldades da maioria oprimida?

A ameaça que se aproxima é a da volta das demissões em massa. O crescimento industrial caiu e está afetando toda a economia. A destruição de postos de trabalho já começou na indústria. Irá se agravar. O emprego é o problema número um da família operária. Está aí por que é preciso que os sindicatos e as Centrais tenham uma firme resposta.

Quais são as reivindicações que de fato protegem os assalariados?

Eis: **ESTABILIDADE NO EMPREGO (NENHUMA DEMISSÃO); REDUÇÃO DA JORNADA DE**

TRABALHO, SEM REDUZIR OS SALÁRIOS e ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, POR MEIO DA QUAL SE DIVIDEM AS HORAS NACIONAIS TRABALHADAS ENTRE TODOS APTOS AO TRABALHO.

Há no Congresso Nacional um projeto que estabelece a jornada de 40 horas. A redução em algumas horas da jornada já é alguma coisa, mas não será suficiente para defender de fato os empregos. É preciso reconhecer que há milhões de desempregados no País. Isso quando a economia estava crescendo. Os sindicatos e Centrais têm de defender **EMPREGO A TODOS!**

No capitalismo, sempre haverá uma massa de desem-

pregados. Nas condições de crise, o desemprego se agrava. O desemprego é uma das fontes mais bárbaras da miséria de milhões. A reivindicação que defende o **EMPREGO A TODOS** é a **ESCALA MÓVEL DE EMPREGO**. Isso porque exige a redução da jornada de acordo com a necessidade de trabalho, que vai do jovem ao adulto. É dever dos sindicatos e das Centrais defenderem os trabalhadores como um todo e não apenas uma parte deles.

Vimos que, diante de demissões em massa, os patrões e direções sindicais fazem acordos como o do Programa de Demissão Voluntária (PDV), o da flexibilização da jornada e o da suspensão temporária (layoff). Os famosos PDVs são contra o direito ao trabalho. A flexibilização não garante o emprego e destrói direitos trabalhistas. É preciso defender a **ESTABILIDADE NO EMPREGO**.

Há ainda a segunda pergunta: *quais são as principais dificuldades da maioria oprimida?*

Milhões de brasileiros vivem com 1 a menos de 1 salário mínimo. Essa é a nascente onde se origina o mar de miséria. Nenhuma família pode viver com um salário mínimo de R\$ 687,00. O cálculo conservador do Dieese diz que em abril era preciso um salário mínimo de R\$ 2.982,47. Em nossos cálculos, seriam necessários pelo menos R\$ 4.000,00 para uma família de quatro pessoas. Os sindicatos e as Centrais têm o dever de apresentar um cálculo real aos trabalhadores e lutar pelo **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**.

Está claro que os salários estão sendo corroídos pela inflação e pela alta vertiginosa do custo de vida. Só há uma forma de defender seu valor real: exigir do governo federal que institua o **REAJUSTE AUTOMÁTICO**. Sobem os preços, sobem imediatamente os salários. A **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE é o mecanismo que de fato defende o valor dos salários**.

Há reivindicações políticas que devem ser levantadas nas manifestações. As mais urgentes são: **FIM DA LEI ANTIGREVE, QUE PUNE OS SINDICATOS COM MULTAS E IMPÕE REGRAS QUE SERVEM À DEFESA DOS PATRÕES**

E DO GOVERNO e FIM DA ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA QUE COLOCA A GREVE SOB DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

A intervenção da polícia e da Força Nacional de Segurança (criada por Lula) nas greves de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte mostrou que não há direito de greve. Basta que o movimento ganhe força para a Justiça impor pesadas multas e condições humilhantes de retorno ao trabalho. Não é possível a convivência de sindicatos classistas e combativos com a Lei antigreve.

Muito se fala em democracia, mas somente há democracia para a burguesia. A classe operária e os demais oprimidos carregam nas costas a exploração, a pobreza e a miséria e não podem usar livremente o direito de greve. Os sindicatos e Centrais têm a obrigação de lutar pelo **FIM DA LEI ANTIGREVE, PELO DIREITO DE LIVRE MANIFESTAÇÃO E FIM DOS PROCESSOS CONTRA OS LUTADORES.** É hora de acabar com a **INDÚSTRIA DAS MULTAS AOS SINDICATOS QUE DIRIGEM A GREVE.**

Com essas reivindicações, a classe operária deve apoiar e se unir ao movimento dos sem-terra, dos sem-teto e dos povos indígenas. Sobre eles pesa dura repressão. Recentemente, a reintegração de posse e o assassinato do índio terena pela polícia mostraram que a Justiça e os governos estão a serviço dos latifundiários e da poderosa agroindústria. Cabe ao movimento operário levantar a bandeira de **FIM DAS REINTEGRAÇÕES DE POSSE, FIM DOS ASSASSINATOS DE CAMPONESES E ÍNDIOS E ATENDIMENTO DE SUAS REIVINDICAÇÕES.**

QUE A CLASSE OPERÁRIA TOME A FRENTE DAS LUTAS DE MASSA!

QUE OS SINDICATOS E CENTRAIS SE UNAM EM UMA FRENTE ÚNICA DE LUTA POR UM PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES!

Por que vem ocorrendo as manifestações de rua?

Junho de 2014

Há quem diga que as greves dos professores, do fun-

cionalismo, dos operários terceirizados da Petrobrás de Cubatão, dos motoristas e cobradores de ônibus e que as manifestações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e os protestos contra o bilionário gasto com a Copa, quando falta dinheiro para a saúde, etc., objetivam desgastar este ou aquele governo. Não é verdade. Os explorados e a juventude oprimida vão às ruas em defesa dos salários, dos empregos, da saúde, da educação, da moradia e do transporte. O que falta é unificar todos os movimentos em uma só luta.

É preciso defender as manifestações

A burguesia, seus governos e os meios de comunicação têm feito uma campanha contra o que dizem ser um “excesso” de bloqueios de ruas e avenidas. Na verdade, isso significa que os movimentos estão ganhando força.

Os exploradores e seus governos desconhecem as necessidades e reivindicações daqueles que ficam em casa choramingando pelos cantos. Basta que os oprimidos despertem e descubram sua força social nas ruas para os reacionários reclamarem que seu direito de ir e vir está sendo violado. A pobreza, a miséria e a fome não lhes dizem respeito.

Respondemos: ***acima de qualquer direito individual está o direito coletivo***. O individualismo é um valor que nasce da propriedade privada capitalista. Os assalariados não têm propriedade dos meios de produção, a não ser sua força de trabalho. Está aí por que estão obrigados a se unirem em manifestações de massa. Somente assim, podem defender seus empregos e seus salários, dos quais dependem a moradia, a saúde, a educação, etc.

Abaixo o direito individualista burguês da minoria que serve à exploração do trabalho! Viva o direito coletivo operário que se opõe à exploração, à pobreza e à fome da maioria oprimida! Que a burguesia e seus governos atendam às reivindicações dos movimentos!

Por que a classe operária está à margem?

Se a classe operária ganhasse as ruas, agigantaria a

capacidade de luta e imporia as reivindicações à burguesia e aos seus governos. Mas os trabalhadores fabris e da construção civil estão à margem. Por que será? Será que estão contentes? Por que não têm o que defender?

Entendemos que essas não são as causas que explicam o fato da classe operária estar ausente das lutas. Os salários são baixos, o custo de vida está subindo, a jornada de trabalho é estafante e as demissões estão atormentando. Portanto, há motivo de sobra para uma greve geral e para ganhar as ruas. Mas os sindicatos e as Centrais sindicais estão quietinhos. Os seus dirigentes temem o despertar da classe operária. É cômodo para eles viverem dos sindicatos e estarem de bem com os patrões.

Luta é sacrifício em defesa de nossa força de trabalho e de nossas famílias. O burocrata sindical acomodado não é dado a nenhum sacrifício. Não tem por que lutar – seu bom soldo está garantido. Mas, ao contrário desse comodismo, os explorados devem ter claro suas reivindicações, lutar coletivamente por elas, avançar sua organização e elevar sua consciência política.

Nas fábricas, devemos levantar a bandeira de solidariedade aos movimentos que ganham às ruas! Devemos exigir que os sindicatos se movam, que convoquem assembleias e organizem a luta operária unificada.

Superar as ilusões nas eleições burguesas

A necessidade da classe operária de se organizar em um partido revolucionário

Novembro de 2010

A classe operária é explorada, produz as riquezas e sobrevive na pobreza. Mas não é a única classe oprimida. Ao seu lado, estão milhões de camponeses e trabalhadores de classe média urbana. Somados formam a maioria nacional oprimida, que recebe de menos de 1 a 3 salários mínimos. Cerca de 50 milhões se encontram em situação de miséria. O que significa que mal conseguem comer para continuar em pé. A burguesia exploradora, ao contrário, vem enriquecendo cada vez mais.

Essa realidade é vivida e vista por todos os explorados. No entanto, não se tem a consciência de que a classe operária é a classe revolucionária que porá fim a sociedade capitalista e ao reinado da burguesia. O fim da exploração, da miséria e da fome virá com a revolução proletária, com a construção da sociedade socialista. Somente a classe operária pode dirigir a maioria oprimida para o objetivo histórico de transformar a propriedade privada dos meios de produção (fábricas, terras) em propriedade coletiva (so-

cialista) dos meios de produção.

Mas a classe operária somente poderá usar seu poder revolucionário se estiver organizada em um partido também operário revolucionário. Desorganizada, a classe operária não conquistará a unidade de classe oprimida necessária para combater a classe capitalista, seu Estado e seu governo. Desorganizada, a classe operária seguirá os partidos da burguesia, como acaba de ocorrer nas eleições presidenciais. Desorganizada, a classe operária não terá como libertar os sindicatos das direções traidoras.

O fato é que a classe operária no Brasil está desorganizada e profundamente despolitizada. Não por culpa e responsabilidade. Mas sim pela história de traições de partidos que se colocaram como sendo operários. Isso no passado, com o Partido Comunista Brasileiro que colaborou com os governos burgueses. Isso no presente, com o PT que se aburguesou. As traições políticas e o atraso da classe operária não eliminam a necessidade do partido operário revolucionário. Pelo contrário, nos colocam com mais clareza a sua importância.

Notem que a maioria nacional oprimida ficou quase dividida nas eleições. A maioria seguiu a candidata Dilma (PT/PMDB). Mas milhões de explorados foram arrastados pela propaganda de Serra (PSDB/DEM). E para que essa divisão? Para formar um novo governo burguês. Um governo que dará continuidade à exploração do trabalho e à pobreza da maioria, mesmo que continue com o assistencialismo do Bolsa Família.

Vocês viram também candidaturas de partidos de esquerda, que se disseram socialistas. Mas uma pequena minoria votou em Plínio, Zé Maria etc. Por quê? Porque não inspiraram confiança. Não mostraram força eleitoral. Não tinham rios de dinheiros dos empresários. Não lhes deixaram participar dos debates na TV. Mas o fundamental está no fato de nenhum desses partidos terem se organizado no seio da classe operária e dos demais oprimidos. Assim, a maioria oprimida não contou com um partido revolucionário para desmascarar o circo eleitoral da burgue-

sia e convocar a classe operária a lutar com seus métodos próprios coletivos.

O Partido Operário Revolucionário em construção defendeu o VOTO NULO PROGRAMÁTICO, desde o primeiro turno. Agora, chamamos os trabalhadores a não confiarem no governo burguês de Dilma, mostrado pela aliança com PMDB e outros partidos da ordem capitalista. Chamamos a classe operária a construir o seu partido que tenha o programa da revolução proletária, da aliança operária e camponesa, da constituição do governo operário e camponês e da expropriação geral da burguesia.

VIVA A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

As eleições são o campo de disputa da burguesia

Março de 2010

Falta muito ainda para as eleições presidenciais. Mas a disputa entre Dilma e Serra já esquentou. Os escândalos de corrupção voltam aos noticiários. Aumentam as acusações de uso eleitoral da máquina do Estado.

As eleições são o campo de disputa para se formar um novo governo burguês. Serra quer tomar o lugar de Lula. Dilma quer continuar o governo de Lula. O que muda para os operários? A exploração continua. A pobreza e miséria continuam. Os planos assistencialistas podem continuar, mas não resolvem a desgraça da maioria. Os capitalistas continuarão a ganhar muito dinheiro. As multinacionais continuarão protegidas com recursos do Estado.

Com seu voto, os operários não mudam nada! A única maneira de mudar é por meio da luta coletiva, da ação direta, com a greve, as ocupações e as manifestações. Não por acaso, os governos e a justiça atendem ao chamado dos capitalistas contra as greves e as ocupações. Os operários e camponeses pobres elegem um governo burguês para depois atacá-los com medidas econômicas e reprimi-los com medidas policiais.

Os trabalhadores devem refletir sobre isso e se colocarem pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Para que servem as eleições

Outubro de 2012

O primeiro turno das eleições municipais mostrou que o PT obteve a maior quantidade de votos e aumentou o número de prefeituras. O PMDB continuou com o maior número de prefeituras, mas decresceu. O PSB se saiu bem. O PSDB não avançou. O DEM se espatifou. No ABC, o PT ganhou terreno. Em São Paulo, poderá vencer o PSDB ou o PT. Os partidos de base de apoio a Dilma Rousseff, somados, arrebanharam grande parte do eleitorado. Conclusão: não houve um voto nacional de oposição ao governo federal. Embora as eleições fossem municipais, não é possível separá-las da política nacional.

É preciso, também, reconhecer a importância dos votos nulos, brancos e das abstenções. No País, 35 milhões disseram não aos partidos em disputa ou simplesmente desconhecaram as eleições. Em São Paulo, somaram 2,4 milhões nestas condições.

Para a burguesia que usa as eleições para manter seu poder de exploração, estes 35 milhões são motivos de preocupação. Mas não deve ser para a classe operária. Pelo contrário, a montanha de votos nulos, brancos e de abstenção representa descontentamento e rejeição às mentiras, às promessas não cumpridas e à podridão da política burguesa.

Na ausência de um poderoso partido operário revolucionário, a maioria que mais uma vez acreditou na via eleitoral e nos partidos eleitoreiros expressa ilusões. As eleições não são o campo de luta da classe operária. São o campo montado pela classe dos exploradores para se perpetuar no poder. Nada sairá das eleições que resolva a pobreza e a miséria da maioria. Os famintos não precisam de migalhas, que servem para calar sua revolta.

A luta coletiva, as greves, as ocupações e manifestações são o campo de luta do proletariado e dos demais oprimidos. É por meio da ação direta que arrancaremos nossas reivindicações e avançaremos na defesa do socialismo. Para isso, chamamos os trabalhadores e a juventude a or-

ganizar o Partido Operário Revolucionário (POR).

Escândalos de corrupção: qual deve ser a posição da classe operária?

Janeiro de 2014

Eis os acontecimentos políticos que precisam de resposta: 1) escândalo de corrupção no governo do estado de São Paulo e na prefeitura; 2) prisão dos petistas José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares, acusados de corrupção.

A classe operária não deve se arrastar por detrás das disputas eleitorais e de poder entre o PSDB e PT. Os sindicatos precisam ter uma posição de independência. Para isso, devem ter uma resposta proletária (e não burguesa).

Os explorados devem saber que a roubalheira e o banditismo dos partidos e políticos que estão no poder fazem parte da política burguesa. Vejam que em todos os casos são envolvidos empresários e banqueiros.

Quando uma quadrilha ataca a outra pelas disputas políticas começa uma guerra de denúncias. Assim a população fica sabendo de parte da sujeira que se passa nos bastidores da política burguesa e do Estado.

Os partidos envolvidos recorrem à população para fazer sua defesa. Esperam não perder votos nas eleições. Os ladrões do dinheiro público depois se ajeitam entre si. A classe operária, portanto, deve ter uma resposta própria.

Não confiar na Justiça burguesa

Vimos que o PT foi arrastado pelo pescoço até o Supremo Tribunal Federal (STF). Suas principais lideranças foram submetidas a um longo julgamento público. Mas o mesmo não foi feito com o chamado Mensalão mineiro, que serviu ao ex-governador, ex-senador e ex-presidente do PSDB Eduardo Azeredo.

E por quê? Porque o envolvido é o PSDB. O gigantesco escândalo de superfaturamento das obras do metrô de São Paulo, sob a responsabilidade do PSDB, também não será apurado até o fim e os responsáveis, como o governador Geraldo Alckmin, acabarão se saindo bem.

O STF, como toda Justiça, pertence à burguesia. Sempre atenderá aos grupos mais poderosos. Os explorados não devem confiar um só fio de cabelo na Justiça da classe capitalista.

Constituir um Tribunal Popular

Os sindicatos, centrais sindicais e movimentos podem construir um **Tribunal Popular** para julgar os crimes da burguesia, de seus partidos, de seus governos e de seus políticos. O **Tribunal Popular** é um poder próprio dos explorados. Deve ser formado por representantes da classe operária, dos camponeses e da classe média urbana pobre (a camada rica tem interesses materiais a defender juntamente com os da burguesia).

Os sindicatos convocariam assembleias para aprovar a formação do **Tribunal Popular**. As centrais deveriam se reunir em um Congresso Nacional dos Trabalhadores. Os seus representantes seriam eleitos nas assembleias sindicais.

O **Tribunal Popular** seria aprovado, como um poder próprio dos explorados e oprimidos, Todos os trabalhadores seriam chamados a decidir sobre a sua constituição.

Somente pela via da independência política diante do Estado e de seus partidos é possível apurar os crimes da burguesia e de seus políticos.

Por que os sindicatos e as centrais não tomam a iniciativa de formar um **Tribunal Popular**? Porque suas direções estão comprometidas com os partidos da burguesia, porque se ajoelham diante da Justiça burguesa e porque boa parte também está metida na corrupção. Mas nossa luta é justamente trabalhar pela independência política da classe operária.

O que falta para a classe operária?

Falta um partido verdadeiramente operário e revolucionário. Falta um partido que não dependa do financiamento dos capitalistas, que não se submeta ao eleitoralismo, que se apoie inteiramente nas formas de luta coletiva das

massas oprimidas e que trabalhe pelo programa da revolução socialista. **É por isso que estamos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR).**

50 anos do golpe militar: a ditadura da classe burguesa permanece viva.

Abril de 2014

Há 50 anos, ocorria um fato importante na história de nosso país, mas não é um fato que se deva comemorar. Pelo contrário, estamos falando do golpe militar do dia 31 de março e 1º de abril de 1964, que impôs uma ditadura de 21 anos. Os militares colocaram fim ao governo do presidente nacionalista João Goulart, contando com o apoio e a participação dos Estados Unidos. Tratou-se de um golpe de Estado antinacional e antipopular, que serviu para impor uma mordalha sobre os sindicatos e impedir que os trabalhadores avançassem a luta por suas reivindicações. Muitos opositores ao regime foram mortos, torturados e exilados.

Companheiros, todo operário consciente deve conhecer essa história. O regime militar foi substituído pelo regime democrático (governos eleitos), mas a ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida permanece intacta. Os exploradores continuam a esfolar os trabalhadores e a impor-lhes privações, fome e miséria. É falso pensar que a democracia eleitoral e a constituição de governos eleitos destruíram integralmente os alicerces da ditadura militar. Os responsáveis pela bárbara repressão contra os lutadores da esquerda permanecem impunes. Não temos total liberdade de expressão e manifestação, basta ver as leis antigreve, a repressão aos atos contra a Copa, as prisões e torturas, assim como as chacinas policiais nas periferias e assassinatos como o do pedreiro Amarildo e o da ajudante de serviço Cláudia.

Lembramos os 50 anos do golpe militar, não como lembram os representantes da burguesia e os meios de comunicação (TV, rádio, grande imprensa), que naquele momento estiveram com os generais golpistas e com o

imperialismo norte-americano. Lembramos para tirar as lições e para avançar nossa luta pela organização de um partido operário revolucionário. Somente com a derrubada do poder da burguesia pelos explorados e a constituição de uma sociedade socialista, teremos o fim da ditadura de classe da burguesia e a verdadeira democracia dos trabalhadores

O que esperar do governo de Dilma Rousseff?

Novembro de 2014

O governo federal continua nas mãos do PT e de sua aliança com o PMDB, PDT, PP, etc. Os sindicalistas ligados ao PT e aos seus governos dizem que a derrota de Aécio Neves afastou o perigo de uma “reforma contra os trabalhadores”. E que com a vitória de Dilma triunfou “um modelo de desenvolvimento centrado no crescimento do emprego e da renda da sociedade como um todo”. O Boletim Nossa Classe alerta a classe operária a não confiar nessa avaliação e a se organizar desde já para defender os empregos e os salários.

Dilma fará um segundo mandato de acordo com os interesses dos exploradores (a burguesia). Assim, agiu no primeiro mandato, favorecendo as multinacionais. Os banqueiros, por sua vez, nada perderam, ganharam muito. Os explorados continuam pobres e atolados em dívidas. Nem bem foi reeleita, já aumentou as taxas de juros. Não demorará muito para elevar os preços dos combustíveis e demais tarifas. Sua promessa de reduzir o preço da energia elétrica não foi cumprida. A correção do salário mínimo será baixa, porque depende do índice de crescimento econômico, que neste ano ficará próximo do zero. Nas fábricas, as demissões correm soltas. Com a crise, o governo petista não tem como manter a máscara de que está voltado para os pobres e oprimidos.

A classe operária deve confiar apenas em suas próprias forças e em sua própria política. Deve desconfiar totalmente da política que vem dos governos, seja ele qual for (PT, PSDB, PMDB, etc.), porque sempre são administradores

do capitalismo a serviço da classe burguesa. É necessário se organizar independentemente do patronato e em defesa das reivindicações que protegem a vida da família operária e que permitem ao movimento coletivo das massas avançar na luta pela conquista de um governo operário e camponês. Por meio de eleições, os explorados só fazem eleger um novo governo burguês. É o que acaba de acontecer com a reeleição de Dilma.

O Boletim Nossa Classe defendeu o voto nulo pela construção do partido operário revolucionário. Agora vem perante os trabalhadores dizer: nenhuma confiança no governo burguês de Dilma. Organizar um movimento nacional sob a bandeira de um governo operário e camponês.

Conclusão – construir o partido revolucionário no seio do proletariado

O caminho para superar a crise de direção revolucionária é a de construir o partido no interior da classe operária. É nesse sentido que organizamos o Partido Operário Revolucionário (POR). Atravessamos uma etapa de mais de vinte anos de sua construção, elaborando o programa e formando os quadros.

O Boletim Nossa Classe criado em 2001 respondeu às demissões da Volkswagen (3000 metalúrgicos) e às manobras do presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, Luiz Marinho, que negociou um acordo de demissão de 700 operários, redução do salário em 15% e perda de conquistas trabalhistas. Denunciou o conluio de Marinho com a matriz da multinacional alemã. De volta da Alemanha, veio determinado a sufocar a disposição grevista dos metalúrgicos. Mas, a ocupação da fábrica foi inevitável. Imediatamente, Marinho atuou para acabar com o movimento. A chamada “reestruturação produtiva” abriu caminho para destruir conquistas e implantar medidas antioperárias, como a da terceirização.

Por meio do Boletim Nossa Classe, o POR defendeu as reivindicações contrárias à ofensiva da multinacional. O percurso dessa fase do Boletim Nossa Classe, que foi dis-

tribuído inclusive no interior da Volkswagen se encontra no folheto “Nossa Classe - Acordo Volks/Marinho: maior traição à classe operária”, publicado no início de 2002.

Nestes 14 anos de existência do Boletim Nossa Classe está refletido o esforço de construção do POR como vanguarda da classe operária, segundo a concepção leninista. A experiência demonstra os enormes obstáculos para avançar neste caminho. Um deles, é a poderosa influência da burocracia sindical. Por meio dela se veicula a política burguesa entre as massas oprimidas, o que retarda a evolução da consciência revolucionária do proletariado. Mas há uma dificuldade considerável que é a de formar quadros marxistas, que compreendam e elaborem o programa da revolução proletária e atuem com a tática correspondente. O Boletim Nossa Classe tem servido para vincular o embrião que dará lugar a um poderoso partido com a classe operária.



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- [anchor.fm|por-massas](http://anchor.fm/por-massas)
